

ATA N° 6/2024

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

30 DE SETEMBRO DE 2024

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, estando presentes os seguintes membros:

- **1ª Secretária** - Presidente da Mesa, em substituição: Maria da Luz Marques Lopes (**PS**);
- **2ª Secretária**: Maria do Rosário Marques Luís (**PS**);
- **Partido Socialista (PS)**: Francisco Fernandes Dinis, Armando José Gonçalves Mendes Santos Rodrigues, Maria Filomena Lopes Sacramento, Rita Alexandra Duarte Santos Gomes Morte, Beatriz Eugénia Grincho de Carvalho, Carlos António Malheiro Godinho, João Paulo Garcia Perdigão;
- **Coligação “Afirmar Torres Novas” (PPD/PSD - CDS/PP)**: André Gonçalo Ferreira Valentim, Ana Catarina Rocha Craveiro, Luis Miguel Gonçalves Paulo, Isabel Cristina Rodrigues Correia;
- **Movimento P’la Nossa Terra (MPNT)**: Carlos Renato Gonçalves Marçal, Ana Mafalda Gigante Baptista, Luzia Marta Tavares Serigado, José Manuel Pereira Santos;
- **Bloco de Esquerda (BE)**: Roberto Jorge Monteiro Barata, Rui Augusto Reis Alves Vieira;
- **CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)**: Ana Cristina Santos Banito Lopes Tomé.
- **Presidentes de Juntas de Freguesia**: Leonel Seguro dos Santos (Freguesia de Assentis), Alfredo Manuel da Costa Antunes (Freguesia de Chancelaria), Elsa Maria Paixão Silva Henriques (Tesoureira - Freguesia de Meia Via), Paulo Alexandre Ganhão Simões (Freguesia de Pedrógão), António Júlio Pereira Jorge (Freguesia de Riachos), Ana Patrícia Lourenço Batista (Secretária da União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel), Rui Manuel Gomes Nunes (União de Freguesias de Olaia e Paço), António Pedro Duarte Santos Morte (União das Freguesias de Torres Novas - Santa Maria, Salvador e Santiago), Maria do Rosário Nalha Marcelino (Tesoureira da União das Freguesias de

Torres Novas - São Pedro, Lapas e Ribeira Branca) e João Carlos Cassis dos Santos (Freguesia de Zibreira).-----

Foram apresentadas as seguintes justificações de falta/ pedidos de substituição para esta sessão, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com a sua redação atual:

- Emanuel Leal Conde (PS), por Carlos António Malheiro Godinho; Soraia Raquel Penedo Vieira da Silva (PS), por João Paulo Garcia Perdigão; Fernando Jorge Henriques Bonina Zuzarte Reis (MPTN), por José Manuel Pereira Santos; Nuno Cruz (PSD/CDS), por Isabel Cristina Rodrigues Correia, Francisco Valente Sarmiento (PSD/CDS), por Luis Miguel Gonçalves Paulo, Susana Isabel da Costa Braz (PSD/CDS), por Ana Catarina Rocha Craveiro. -----

Foram apresentadas as devidas justificações de falta e solicitadas as seguintes substituições para esta sessão, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 18º da Lei n.º 75/2013, de 12/9:

- Manuel Jorge Carvalho Júnior (União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel); Manuel José Guerra Couteiro (Freguesia de Meia Via). -----

Faltaram à sessão os seguintes membros: José Manuel Paulo Trincão Marques (PS). -----

Estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, os Srs. Vereadores Joaquim Cabral, João Trindade e António Rodrigues. -----

A 1ª Secretária, Presidente da Mesa, em substituição, declarou aberta a sessão para a qual foi estabelecida a seguinte Ordem do Dia: -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação e votação das atas das sessões anteriores (Nºs 3, 4, 5/ 2024).
- 2 - Apreciação e votação das propostas da Câmara Municipal, de fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis no concelho de Torres Novas, a aplicar em 2025, e prorrogação da isenção do IMI aplicável a prédios urbanos (nº 5, artigo 46º do Estatuto dos Benefícios Fiscais).
- 3 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de lançamento de Derramas - taxas a aplicar em 2025.

- 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, da participação variável no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, a aplicar em 2025.
- 5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a aplicar em 2025.
- 6 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas para realização de eventos, requerida pela Fábrica da Igreja de Sta. Eufémia de Chancelaria.
- 7 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas para realização de eventos, requerida pela Associação Cultural e Recreativa de Alcorriol.
- 8 - Informações do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. -----

1ª Secretária: “Boa noite, a todos e todas, penso que estamos em condições de iniciar esta reunião.

A primeira questão que faço, temos público para intervir? Não temos público.

Assim sendo, tenho aqui uma nota prévia, documentos que chegaram em tempo regulamentar a esta Assembleia Municipal e que vão ser apresentados agora, no início.” --

1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO, APRESENTADO POR FERNANDO ZUZARTE REIS (MPNT)

1ª Secretária: “Temos o pedido de suspensão de mandato de Fernando Jorge Henriques Bonina Zuzarte Reis, eleito deputado municipal pela bancada do Movimento Pela Nossa Terra. Requer a suspensão do seu mandato por um período de 6 meses, devido a doença prolongada e comprovada, segundo o Regimento desta Assembleia Municipal de 2021/2025, art.º 48º, nº 3, alínea a). Sendo a sua substituição feita pelo deputado municipal, eleito também pelo Movimento Pela Nossa Terra, José Manuel Pereira Santos.

Submetido o pedido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a suspensão do mandato de Fernando Jorge Henriques Bonina Zuzarte Reis, conforme requerido. -----

1ª Secretária: “Outros pontos que vieram em tempo regulamentar também, temos votos de pesar apresentados, primeiramente, da União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de

Igreja e Alcorochel, pelo falecimento de Fernando Manuel Neves de Sousa. Temos o voto de pesar pela morte de Fernanda Maria Fernanda Tavares, apresentado pela CDU. Temos, também apresentado pela CDU, o voto de pesar pela morte de José Emílio Silva. Depois, um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários Torrejanos e aos Bombeiros Portugueses e um voto de louvor aos triatletas do Clube de Natação de Torres Novas, pela prestação nos Jogos Olímpicos de Paris 2024.

Estes pontos serão tratados antes da Ordem de Trabalhos.

Temos, também, a Recomendação do Bloco de Esquerda, que diz respeito à realização de análises da água e monitorização do caudal do rio Almonda, que fica para o último ponto desta ordem de trabalhos.

Assim sendo, começaria por dar a palavra ao representante da União de Freguesias da Brogueira, Parceiros da Igreja e Alcorochel, para apresentar o seu voto de pesar.

Isto tem a ver com o respeito que as pessoas nos merecem e penso que será importante que façamos isto antes do PAOD.

Dado serem três votos de pesar, vamos juntar os três e depois um minuto de silêncio, por uma questão de organização. -----

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FERNANDO MANUEL NEVES DE SOUSA, APRESENTADO PELA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BROGUEIRA, PARCEIROS DE IGREJA E ALCOROCHEL

Foi feita a seguinte intervenção:

Ana Batista (Secretária da União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel): “Esta, se calhar, vai ser uma das intervenções mais difíceis para mim, do ponto de vista pessoal, pela pessoa que era.

Nota de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Manuel Neves de Sousa.

Uma das competências do Presidente de Junta de Freguesia consiste na representação da Freguesia nesta Assembleia Municipal, e é neste âmbito que apresentamos um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Manuel Neves de Sousa, Presidente de Junta de Freguesia de Parceiros de Igreja entre 1986 e 1993, e mais tarde de 2002 a 2013.

Nascido em Parceiros de Igreja, a 23 de outubro de 1946, Fernando Manuel Neves de Sousa, filho de Maria Rita Abreu Neves e Joaquim Monteiro de Sousa, homem nobre e de coração enorme, deixou-nos de forma inesperada a 24 de agosto de 2024.

O Sr. Fernando Sousa trouxe a esta casa da democracia os problemas da sua freguesia e dos seus eleitores de forma carismática, sempre de forma calma e reivindicativa. Fazia da causa pública a sua missão de vida. Ajudar o próximo era o seu lema e amor pela terra marcou toda a sua vida.

Pautado pelo dom da escuta, o Sr. Fernando era o Presidente de Junta amigo a quem todos gostavam de pedir um conselho ou esclarecer a mais pequena dúvida. Parceiros de Igreja e todo o concelho lamentam a sua partida.

A Assembleia Municipal de Torres Novas, reunida em 30 de setembro de 2024, associa-se à sua família neste momento de dor e manifesta um voto de pesar.”-----

3 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA FERNANDA TAVARES, APRESENTADO PELA CDU

Foi feita a seguinte intervenção:

Cristina Tomé: “Maria Fernanda Tavares nasceu a 14 de janeiro de 1935 e faleceu em Setembro deste ano de 2024 com 89 anos de idade. Nanita, nome pelo qual os mais próximos a conheciam, teve uma atividade notável no combate antifascista, tendo sido militante do PCP durante a ditadura fascista, facto que, por si só, denota coragem e convicção de que um mundo melhor era possível. A sua casa foi ponto de apoio a muitos antifascistas e o seu conhecido “carrapito” no cabelo permitiu a passagem de propaganda antifascista. A sua militância no Partido Comunista Português prolongou-se até à data da sua morte; durante largos anos, foi da Comissão Concelhia de Torres Novas do PCP.

Sob pena de omitirmos outros marcos importantes da sua vida, relevamos ainda a sua participação na Comissão Nacional de Socorro aos Preso Políticos; a sua participação no III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro; bem como, a sua participação, pela CDE, nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973. Foi membro da Comissão Nacional do MDM e teve um papel relevante na Homenagem a Maria Lamas e no movimento que levou à colocação da estátua Maria Lamas, em Torres Novas, no jardim homónimo.

A Assembleia Municipal de Torres Novas, reunida em 30 de Setembro de 2024, associa-se ao luto pela sua morte e manifesta um voto de pesar.”-----

4 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ EMÍLIO SILVA, **APRESENTADO PELA CDU**

Foi feita a seguinte intervenção:

Cristina Tomé: “José Emílio Silva, Militar de Abril, de família proveniente de Ponte de Sor, viveu em Torres Novas. Estudou no Colégio Andrade Corvo, ao que se seguiu o ingresso na Academia Militar. Destaque-se a sua participação nos 4º e 5º Governos Provisórios, como Ministro da Educação, tendo sido responsável pela decisão da unificação do Ensino Secundário, um passo decisivo para a democratização do acesso ao ensino universitário, um ponto essencial para o aprofundamento e enraizamento da, então, jovem democracia.

A Assembleia Municipal de Torres Novas, reunida em 30 de setembro de 2024, associa-se ao luto pela sua morte e manifesta um voto de pesar.” -----

1ª Secretária: “Temos, agora, um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários Torrejanos. A questão que aqui se coloca, faz sentido, é que o voto de louvor numa das suas partes finais refere as vítimas e pede também um minuto de silêncio, porque foram pessoas que, infelizmente, faleceram no âmbito da tragédia que decorreu há semanas atrás. Portanto, vou pedir para ser lido o voto de louvor aos Bombeiros Voluntários Torrejanos e aos Bombeiros Portugueses.” -----

5 - VOTO DE LOUVOR AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS TORREJANOS **E AOS BOMBEIROS PORTUGUESES, APRESENTADO PELO** **PARTIDO SOCIALISTA**

Foram feitas as seguintes intervenções:

Maria Luís: “A bancada do Partido Socialista propõe um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários Torrejanos e aos Bombeiros Portugueses.

Portugal enfrentou uma situação desesperante com diversos incêndios florestais a provocar sucessivas tragédias das mais variadas formas. Ao mesmo tempo, na primeira linha de combate, numa missão de extrema dificuldade estiveram os bombeiros portugueses aos quais devemos um agradecimento.



O Partido Socialista de Torres Novas apresenta, por isso, este voto de louvor como uma sentida homenagem pública, pelo sacrifício heroico dos nossos Bombeiros que, pelo exemplo, resiliência, determinação e força sobrenatural, não abdicam desse combate titânico em prol da proteção da população. O PS não esquece também o papel indispensável das forças de segurança na coordenação das necessárias operações, assim como, nas sinergias levadas a cabo para a referida proteção das pessoas.

Os Bombeiros Voluntários Torrejanos são um excelente exemplo da competência e dedicação à causa. Mais do que um grupo de diferentes homens e mulheres, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Torrejanos é uma instituição que sempre primou pelos propósitos coletivos e colocou os interesses da população em primeiro lugar, tal como comprova a sua história. Enaltecer todos os que a integram no presente - assim como no passado - é um dever de consciência pelo que representam para todos e ao qual o PS não pode passar ao lado.

Num momento trágico para o país, é necessário a solidariedade, a união e a entreatajuda. Uma sentida palavra para as populações afetadas que, apesar das perdas, mantêm o seu espírito resiliente. Muitas foram as perdas, de vidas, de lares, fauna, flora e de bens sustentados pelo trabalho de uma vida. Ainda assim, nada é de maior lamentação que a perda de vidas humanas causadas pelos recentes incêndios que assolaram o território. Os fogos em Portugal fizeram sete mortes e mais de meia centena de feridos e muitas centenas de vítimas. Para as famílias enlutadas, é também devido o nosso pesar e apresentação de condolências por tamanha perda.

Pela entrega ao serviço da comunidade, os também conhecidos como Soldados da Paz colocam em risco a própria vida. Sob condições extremas, procuraram salvar o que encontraram e minimizar as consequências negativas.

Pelas razões já explanadas, o Partido Socialista apresenta o voto de louvor, assente nos seguintes pontos:

- Agradecer a todos os bombeiros portugueses pelas qualidades apresentadas, nomeadamente, pela coragem, determinação, resiliência, empenho e competência, assim como, as qualidades morais evidenciadas nas situações dramáticas de combate aos incêndios que assolaram o país;
- Saudação à nossa Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Torrejanos, tal como a todos os elementos que a compõem, pelo trabalho e disponibilidade sempre apresentada na defesa do concelho de Torres Novas (e não só) e de todos os torrejanos;

- Expressar a nossa solidariedade para com todos os homens e mulheres que, de forma altruísta e sistemática, colocam em risco a sua vida ao serviço das populações;
- Remeter à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Torrejanos, aos Bombeiros Voluntários, assim como, à Liga dos Bombeiros Portugueses, o presente voto de louvor;
- Lamentar todas as vítimas causadas pelos incêndios, fazendo um minuto de silêncio em memória das vítimas mortais.”

Cristina Tomé: “A CDU, obviamente, que acompanha o voto de louvor e acha mais que meritório todos os elogios e aplausos, mas louvores e aplausos não salvam vidas, os bombeiros sim, e para que estes continuem a salvar vidas necessitam sim, de ter mais recursos e financiamentos adequados à prática da sua atividade nas melhores condições possíveis. Dotar os bombeiros de recursos é que possibilita o salvamento de civis e dos próprios bombeiros, coisa que os sucessivos Governos, sejam, eles PS, PSD ou CDS, se têm constantemente negado a fazer, para além disso, há outro aspeto que vale mais do que qualquer louvor e que também pode salvar vidas, falamos da prevenção.

O que está ao alcance do município, esta prevenção começa com a limpeza dos terrenos que lhe pertencem, e também, de facultar meios e apoios aos outros proprietários sem recursos.

Todo o louvor aos Bombeiros, claro, mas principalmente que recebam tudo o que lhes é devido porque disso dependem vidas.”

Mafalda Baptista: “O louvor aos Bombeiros Torrejanos e aos Bombeiros Portugueses.

O Movimento Pelo Nossa Terra concorda com o louvor proposto pelo Partido Socialista de Torres Novas.

Infelizmente, neste verão, o nosso país foi, mais uma vez, vítima do flagelo dos incêndios. A coragem, o sacrifício, a bravura e a resiliência são alguns dos valores que estão presentes naqueles homens e naquelas mulheres que deixam o conforto dos seus lares, pondo em risco a sua própria vida, para protegerem pessoas e bens.

Em Portugal existem cinco forças de Proteção Civil, com a valência de combate a incêndios, falamos de Corpos de Bombeiros, esta força é o pilar do sistema de proteção e socorro em Portugal; da Companhia de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR, dos Sapadores Florestais, das Forças Armadas e da Autoridade Nacional da Aviação Civil.

O ano 2024, foi trágico, das 14 pessoas que morreram em consequência dos fogos florestais, 10 eram elementos destas forças de Proteção Civil, falamos de cinco Bombeiros Voluntários e de cinco militares da GNR da Companhia de Intervenção de Proteção e Socorro. Para todas as famílias enlutadas, as nossas sentidas condolências.

Mas é redutor, só nos lembrarmos dos Bombeiros quando vemos as impressionantes imagens dos fogos florestais. Faz parte da missão dos Bombeiros, entre outras, combater os incêndios rurais, urbanos, industriais, socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, em todos os acidentes, catástrofes e calamidades, socorro náufragos e buscas subaquáticas, socorro e transporte sinistrados e doentes, prevenção contra incêndios e prevenção de acidentes, apoio psicossocial preventivo e proativo.

Por tudo isto, devemos estar disponíveis para apoiar os Bombeiros durante todo o ano e não só quando tememos os fogos florestais.

Os Bombeiros Torrejanos estão enquadrados numa instituição com mais de 90 anos e tem tido sempre o carinho e o apoio da população, mas nunca é demais louvar os Bombeiros Voluntários e os Profissionais que integram esta força de proteção civil da nossa cidade.

Louvar os Bombeiros Torrejanos, é louvar o Comandante José Carlos Sénica Pereira, que está na estrutura de comando há mais de 20 anos, e todos os seus Bombeiros, mas também uma forma de agradecer a todos os que pertenceram ou pertencem aos corpos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Torrejanos.

O Movimento Pela Nossa Terra, sabe que os torrejanos estão com os seus Bombeiros, porque ao primeiro pedido de ajuda, no pico dos incêndios deste ano, a nossa população rapidamente esgotou a capacidade de recolha dos bens da sua associação.

Mas queremos mais para os nossos Bombeiros, por isso, aproveitamos este momento para pedir ao executivo que reveja o protocolo de benefícios da Câmara Municipal aos Bombeiros e, por exemplo, através deste protocolo, conceder a gratuidade a todos os Bombeiros na utilização dos serviços prestados nas Piscinas Municipais Fernando Cunha, nomeadamente, nas aulas de natação e nas aulas de ginásio, porque acreditamos que todos podemos fazer mais.

O Movimento Pela Nossa Terra, sugere ainda à atual Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Torrejanos, que torne a sua associação uma entidade beneficiária da consignação do IRS para que, quem assim o desejar, possa de maneira gratuita e anonimamente, ajudar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Torrejanos e, deste modo, ajudar também os nossos Bombeiros.” -----

De seguida, cumpriu-se um minuto de silêncio. -----

6 - VOTO DE LOUVOR AOS TRIATLETAS DO CLUBE DE NATACÃO DE TORRES NOVAS PELA PRESTAÇÃO NOS JOGOS OLÍMPICOS DE PARIS 2024, APRESENTADO PELO PARTIDO SOCIALISTA

Foram feitas as seguintes intervenções:

Francisco Dinis: “A verdade é que não é muito habitual apresentarmos votos de louvor aqui nesta Assembleia, contrariamente ao que acontece noutras. Não temos esse hábito, mas há acontecimentos deveras extraordinários que justificam esta introdução e, tal como em pontos anteriores que acabamos de votar, também este voto de louvor aos triatletas que estiveram presentes nos Jogos Olímpicos merece o nosso reconhecimento e saudação.

O Partido Socialista não podia deixar de passar em branco este acontecimento. Todos nós certamente, tal como eu, nas manhãs das provas, a sofrerem, a vibrarem com a esperança no alcance de uma medalha, que não foi possível, mas tão certo como estarmos aqui que, tão em breve, nas próximas edições dos Jogos Olímpicos, estaremos a fazer novos votos de louvor, mas desta vez não há participação e aos excelentes resultados obtidos, mas às medalhas conquistadas pelas representações torrejanas de futuro.

Queria deixar aqui claro, o salientar do Partido Socialista à importância que esta representação teve e não podíamos deixar passar ao lado.

Terminava, também aqui, com uma mensagem para todos os desportistas torrejanos, mas também não só torrejanos.

Tive o privilégio de elaborar uma proposta de Lei em parceria com o Secretário de Estado de então, que frisava os apoios aos atletas pós alta-competição, isto é, pós-carreira. A figura que nos inspirou, na altura, foi a Vanessa Fernandes, para criar este apoio seja na reintrodução no mercado de trabalho ou alguns apoios que constavam dessa proposta de lei. Ora, quando assisti a esta prestação dos triatletas portugueses, no final eles reconheceram que a Vanessa Fernandes era a figura que os inspirava. Ora, se eles se sentiram inspirados pela Vanessa Fernandes, nós também podemos nos inspirar, neste caso, em triatletas como a Vanessa e noutros desportistas, para fazer o nosso trabalho, não na prática, no exercício desportivo, mas deste lado, a trabalhar para que haja melhores condições para essa prática. Também eles, neste caso, os triatletas torrejanos, podem ser

encarados como referências e como inspirações para muitas conquistas, seja da presente, seja das futuras gerações. Era esta mensagem que queria deixar.”

André Valentim: “Relativamente a este voto de louvor, apresentado pelo PS, obviamente, concordamos com o voto de louvor, julgava que íamos ler o voto de louvor, não sei se é protocolar ou não. Reiterar que obviamente, se trata do um voto de louvor pela prestação dos triatletas do Clube de Natação de Torres Novas e no teor do voto de louvor enviado também, ao Clube de Natação de Torres Novas, e isto leva-me a agradecer ao PS por este voto de louvor. Mas também, alertar aqui que mais, do que votos de louvor, temos de ser consequentes nos votos de louvor. E ser consequente nos votos de louvor, para além de nos regozijarmos com as prestações, é garantir apoios adequados a todos os atletas Torrejanos, que se propõem a desempenhar a sua atividade desportiva.

Neste contexto e em concreto, no voto de louvor que foi aqui apresentado pelo PS, relativamente aos triatletas do Clube de Natação de Torres Novas e à própria instituição enquanto entidade que enquadra, é preciso valorizar as pessoas que trabalham nestas instituições. E o valorizar, obviamente dinheiro é importante, apoios são importantes, mas acima de tudo é respeitar todos os dirigentes de qualquer clube, quando fazem questões e quando concorrem, seja a apoios pontuais, seja a concursos públicos, que haja o mínimo de respeito institucional para essas situações.

E tal não aconteceu, recentemente, num concurso público ao qual o Clube de Natação de Torres Novas se candidatou. E, ao contrário de algumas afirmações feitas pelo Sr. Vice-Presidente que achava que o Clube de Natação de Torres Novas deveria ganhar, se fosse ele que mandasse, obviamente, compreendemos aquilo que queria dizer, mas o respeito institucional pelas coisas é dar respostas. Quando nós temos um Clube de Natação de Torres Novas a apresentar-se a concurso para prestar aulas de natação, corrida em marcha, ginástica e uma série de considerações, e não pondo em causa se merecia ganhar ou não com os critérios qualitativos. Mas, quando há uma pergunta no âmbito da discussão dos relatórios dos concursos públicos e alguém diz, alguém questiona: “quais são os motivos concretos pelo facto de determinada proposta não ter sido valorizada, em determinado contexto, a resposta do Serviço é nula.

Na resposta do concurso, perguntou-se porque tal parâmetro não foi valorizado e não houve consideração, para apresentar uma resposta digna nesta situação.

Mais, temos um Chefe de Divisão que põe em causa o conhecimento ou não de uma Presidente de um Clube e isto, no nosso ver, é grave, porque questiona quem é a pessoa que envia um e-mail que, muitas vezes, nós sabemos, que às vezes no dia a dia das nossas missões profissionais, desportivas e políticas, pode haver confusões, mas termos um dirigente a questionar quem é a Presidente de um Clube, neste caso, Natação de Torres Novas e que não a reconhece, quem é aquela figura? Isto é dignificar os clubes, neste caso em concreto, é dignificar as entidades e, nomeadamente, o Clube de Natação de Torres Novas, pelo trabalho que em sido desenvolvido, portanto, é preciso louvar, é preciso valorizar.

Deixava aqui também, à consideração do Executivo o reforço dos apoios, seja ao Clube de Natação de Torres Novas e aos demais, mediante estabelecimento de Contratos de Programa adequados, tal e qual, como o Clube de Natação já propôs ao Executivo, o estabelecimento de um contrato-programa para que, daqui a 4 anos, possamos efetivamente estar a comemorar as ditas medalhas, seja o Clube de Natação ou todos aqueles que se proponham a tal.

Portanto, louvamos, acompanhamos o voto de louvor, mas julgamos que é preciso mais.”

Cristina Tomé: “Os nossos parabéns aos atletas por tudo que atingiram e votos de um futuro próspero neste percurso que escolheram e que destes sucessos os decisores políticos possam tirar valiosas lições.

A prática desportiva é um direito constitucional e deve ser promovida pelo Estado, cabendo ao município ajudar à sua concretização. Há que valorizar o trabalho dos clubes e dos atletas que provaram que é possível voar alto, com mais apoios, mais atletas poderão sonhar e em atingir estes patamares de excelência.

São necessárias políticas que forneçam recursos adequados às associações ligadas ao desporto para que desta forma mais atletas tenham possibilidade de ficarem perto do pódio. As mãos que servem para aplaudir também servem para se meterem à obra na construção de vias de acesso à prática desportiva e às vezes essas mãos têm apenas de executar uma assinatura, percorrendo distâncias muito mais curtas que os atletas.”

Mafalda Baptista: “Voto de louvor aos triatletas do Clube de Natação de Torres Novas pela prestação nos Jogos Olímpicos de Paris 2024.

Foi com o coração cheio de orgulho que em agosto todos os torrejanos acompanharam a participação dos atletas Ricardo Batista e Maria Tomé nos Jogos Olímpicos de Paris. Representar o nosso país nos Jogos Olímpicos é, por si só, uma vitória e um marco na carreira de um atleta de alta performance, mas para o Ricardo Batista e para Maria Tomé isso não chegava, por isso, lutaram, superaram e brilharam, obtendo assim excelentes resultados neste evento desportivo.

O Clube de Natação Torres Novas, o treinador Paulo Antunes, todo o pessoal técnico e as famílias destes atletas, estão também de parabéns porque estes resultados alcançados são o fruto do empenho e dedicação ao longo de muitos anos, na promoção da prática desportiva.

O Movimento Pela Nossa Terra, sabe que estes jovens Ricardo Batista e Maria Tomé já são uma fonte de inspiração para todas as crianças e jovens torrejanos, quer sejam atletas do Triatlo Clube de Natação de Torres Novas ou atletas do Triatlo no Pedrógão Triatlo, quer sejam desportistas no CDTN, no CDTN OAB, na União Desportiva da Zona Alta, no Clube de Judo de Torres Novas ou noutra associação desportiva da nossa cidade. Quer pratiquem natação, futebol, basquetebol, ginástica, judo ou outro desporto federado ou não. Nos dias que correm, em que a atenção dos jogos de computador, de consolas e das redes sociais e outras distrações, afastam cada vez mais as crianças e os jovens da prática desportiva, que se sabe ser fundamental para um desenvolvimento saudável, Ricardo Batista e Maria Tomé, servem de exemplo e de motivação para a prática desportiva e para hábitos de vida saudável.

O Clube de Natação de Torres Novas vê, assim, reconhecido o trabalho que vem desenvolvendo com estes jovens. Mas há duas coisas que nunca nos devemos esquecer, a primeira, que é tão importante, apoiar o desporto de alta performance, como o desporto federado ou o desporto amador, e a segunda, é que todos os atletas que chegam ao topo têm sempre uma equipa e colegas que trabalham e treinam todos os dias com eles e são fundamentais e, muitas vezes, ficam na sombra.

Sem dúvida nenhuma que estes louvores são mais do que merecidos e têm o voto favorável do Movimento Pela Nossa Terra.” -----

1ª Secretária: “Temos aqui a Recomendação que diz respeito à realização de análises e monitorização do caudal do rio Almonda, fica para o último ponto desta ordem de trabalhos, se esta Assembleia assim o aprovar. Alguém se opõe que este ponto seja incluído? Fica incluído. -----

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

Foram feitas as seguintes intervenções:

Presidente da Junta de Freguesia de Assentis: “Sr. Presidente da Câmara Municipal, o executivo da minha Junta de Freguesia agradece a candidatura aprovada para a requalificação dos cemitérios na minha Freguesia.

Na Assembleia Municipal do dia 11 de junho, o Sr. Presidente disse que só não tinha médico de família quem não quisesse, era só vir a Torres Novas e inscrever-se. Para tirar as dúvidas, na passada sexta-feira vim cá, como se tivesse vontade de me inscrever em Torres Novas, a senhora deu-me um impresso, explicou-me o funcionamento, dizer porque me quero inscrever em Torres Novas, depois assino um Termo de Responsabilidade, em que a Unidade Local de Saúde não se vê na obrigação de me dar Médico de Família, mas sim Médico de Recurso. Como tinha até há pouco tempo em Assentis, portanto, as coisas não são dessa maneira.

Hoje, duas senhoras de Assentis dirigiram-se ao Centro de Saúde de Torres Novas, entre as 7 e as 12 horas e por volta do meio-dia, disseram-lhes: “vão-se embora, que vocês em Assentis têm médica”. Mas não, Sr. Presidente, a médica de Assentis há duas semanas que não vem e hoje de manhã, para combater a situação, foi colocado um aviso que diz “não há médica por tempo indeterminado”. Liguem para Torres Novas e vão lá ao médico, é isto que o recado quer dizer.

Essas senhoras que vieram falaram comigo na Junta, ligaram para a Câmara, falaram com uma Técnica Superior, ela depois ligou, explicou-me e pediu-me para reclamar.

Entendo que já reclamei vezes suficientes, a menos que o responsável da Câmara nessa área, considero que está um bocado ausente, dado o número de vezes que já reclamei daquela situação.

Portanto, peço ao Sr. Presidente, que acelerem a obra da nova Unidade Local de Saúde, que é para as pessoas virem todas para cá e depois pode ser que, a seguir, até tenham transporte de borla, para poderem vir a Torres Novas e não terem que estar a pagar táxi ou camionete.

A Sra. Técnica ligou-me, explicou-me essa situação, deu-me o endereço para falar com o tal responsável, o Dr. Flávio Ribeiro, pode ser que ele tenha vagar de me atender, visto que o outro senhor, desde janeiro, não teve dois minutos para me receber.

Neste momento, não sei se há alguém, por exemplo, que controle as horas da médica, porque falo com alguns responsáveis e ninguém sabe de nada, se ela veio, se não veio, se faltou. Tenho algum receio, porque essa senhora em determinada altura, quando foi para lá, disse se a Junta conseguia compartilhar qualquer coisa para os transportes dela, visto a senhora deslocar-se sete horas de comboio, para ir para casa, para Valença do Minho. Nós ajudamos qualquer coisa, mas o que é certo é que a senhora, hoje de manhã, enviou-me o recibo, mas depois anulou. Portanto, isto quer dizer que terminou o mandato dela naquele espaço. É só para saber que, de facto, as coisas não são tão lineares, nem são bem como foi falado aqui na Assembleia Municipal do dia 11 de junho.

Outra situação, Sr. Presidente, já enviei para esta Câmara, por três vezes, podemos dizer queixa ou lamento, relativo a empresas que fazem trabalho na minha Freguesia, que recebem da Câmara. Ou seja, em fevereiro de 2020, enviei para a Câmara, para o responsável na altura, que os senhores que lá ia fazer recolha dos ecopontos destruiu uma torre em inox, partiu os hidráulicos e tive com isso uma despesa de mil e tal euros.

Disse, “mas a empresa recebe, a empresa é responsável por aquilo, não o equipamento é seu você tem que o reparar, olhe, mas qualquer das maneiras, mande a fatura para a Câmara...”, até hoje, nunca ninguém teve vagar de me dizer algo relativamente àquilo. Também não recebi o dinheiro, nem parte do dinheiro.

Há menos tempo, reclamei para cá, porque na outra ilha ecológica, há uma tampa que é em ferro e com uma espessura considerável, está torcida. Liguei para o responsável e mandei fotografia, qualquer das duas sempre com fotografias, resposta nada. Fez agora sábado oito dias, o funcionário da SUMA que faz a recolha dos contentores, num cruzamento onde é possível fazer uma inversão de macha de um semirreboque, conseguiu sair fora da estrada e destruir o telhado de um abrigo que a Junta comprou. O senhor fez o estrago e foi-se embora, não passou cavaco a ninguém, mandei logo para cá as fotografias com a reclamação, mas, até hoje, também ninguém me diz nada.

A continuar esta situação, Sr. Presidente, de ninguém dizer nada, com a distribuição de equipamentos que a Junta compra e paga, vou ter que pensar relativamente aos ecopontos. Possivelmente, terei que os tapar com uma fita e a Câmara ou a empresa colocar uns de plástico, lá ao lado, para as pessoas poderem fazer a reciclagem.

Quanto ao abrigo, como tenho testemunhas, irei apresentar queixa na GNR.

As coisas não deviam estar assim, desta maneira, as pessoas recebem os papéis e como está lá naquela borda da serra, “continua lá, nós estamos aqui bem”.

Para terminar, Sr. Presidente, há bem pouco tempo tivemos uma reunião relativamente à questão do trânsito nas aldeias, e falei e tinha já mandado para cá, que a povoação de Carvalhal do Pombo só tem uma rua Principal e já tem acontecido que os GPS dos camiões mandam dirigirem-se para dentro da localidade e encravam aquilo tudo. Há pouco tempo, esteve lá um semirreboque mais de duas horas para ser retirado.

Tivemos a reunião, expliquei, pedi-lhe, porque pode haver necessidade de um socorro e depois a ambulância quando lá chegar ao fundo do Carvalhal, tem que voltar para trás e dar a volta para os Casais de Igreja, por Cabeço do ou por Rexaldia para socorrer, e fiquei à espera.

E há bem poucos dias, um colega meu mandou umas fotografias de um caso que aconteceu no Outeiro Pequeno e, então, para pedir que o processo ande, liguei para a Câmara e responderam que este ano já não há nenhuma reunião de trânsito, portanto, possivelmente, não se pode fazer nada.

Encomendei os sinais e vou lá colocá-los, mesmo sem serem registados, pelo menos fica a indicação aos motoristas para não irem para dentro da localidade.

Mas estes sinais para Carvalhal, Outeiro Pequeno, Outeiro Grande e Fungalvaz, já foram pedidos, pelo menos, há uns larguíssimos meses e até hoje não foi nada contemplado.”

Rui Alves Vieira: “Se não fosse a ditadura do tempo, eu teria talvez uns 30 assuntos para trazer a esta Assembleia, mas assim sendo trago aqui três assuntos que gostaria de colocar à consideração.

Em primeiro lugar, queremos falar da Cratoliva e dos problemas ambientais que têm sido sentidos e sofridos pelas populações locais e, em particular pelos habitantes de Parceiros de Igreja.

Quando os habitantes da União de Freguesias de Parceiros, Brogueira e Alcorochel se deslocaram, há cerca de 3 meses, à Assembleia Municipal do dia 27 de junho de 2024, em protesto pela poluição com origem na Cratoliva, o BE assumiu o compromisso de agir e prestar contas dessa ação à população da União de Freguesias e é isso que iremos fazer neste momento.

Neste contexto, questionamos o Governo do PSD que, no dia 23 de julho de 2024, respondeu às nossas questões através de uma carta remetida pelo Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia.

Para nosso espanto, a resposta ministerial considera que as emissões estão dentro dos limites legais, o que significa que está tudo bem. Aliás, na carta quase só faltou dizer que o povo de Parceiros de Igreja só anda a querer chatear o Governo.

Por outro lado, no último parágrafo dessa missiva, pode ler-se: “Finalmente, quanto à prevenção de risco de explosão e de incêndio, bem como, quanto à segurança dos trabalhadores, deverão estas questões ser endereçadas à Câmara Municipal de Torres Novas, na qualidade de entidade licenciadora.”

E é nessa qualidade de entidade licenciadora que, no dia 23 de julho de 2024, há cerca de 2 meses, o Bloco de Esquerda enviou ao Sr. Presidente da Câmara um documento a solicitar respostas às 22 questões colocadas à CRATOLIVA, pela CCDR/LVT e cuja responsabilidade de fiscalização e acompanhamento compete à Câmara Municipal.

Infelizmente, até hoje, não obtivemos qualquer resposta por parte da Câmara Municipal. Entretanto, assumiremos as nossas responsabilidades políticas e faremos chegar à Mesa e depois à União de Freguesias e aos grupos que compõem esta Assembleia, os documentos que estão na nossa posse e que são relevantes a este processo.

O segundo assunto, prende-se com o recente episódio de mortandade de peixes no Rio Almonda.

Neste ponto, gostaria de chamar a atenção para o seguinte: quando há problemas de poluição no Rio, não é só o ecossistema que sofre. É todo o tecido social da comunidade que sofre e sente-se desconfortável com notícias, com disputas nas redes sociais, com a falta de transparência e ausência de comunicação por parte do município.

Sr. Presidente, como referi, incidentes desta natureza podem ir muito para além dos prejuízos ambientais e têm fortes impactos no tecido social das comunidades. Afastam as pessoas da cidade, cria stress, gera confusão e disputas sociais e, no fim, todos saímos a perder.

É por isso que se torna imperioso que haja transparência e grande capacidade de comunicação sobre estas questões. Mas não é isso que tem acontecido e fica-se com a estranha sensação de que, os responsáveis municipais, querem adormecer a questão até ela desaparecer da agenda política. Mas isso não pode nem deve acontecer.

O Sr. Presidente pode e deve explicar, com clareza e transparência, o que aconteceu e, se houver responsabilidades políticas, criminais ou de qualquer outra natureza, elas devem ser plenamente assumidas.

Depois, não podemos também de deixar de referir os dois últimos episódios de poluição, comprovadamente provocados pela Fábrica da Renova, um no mês de agosto e o outro que ocorreu há cerca de dois ou três dias, na ETAR da Fábrica 2. Precisamos de entender o que aconteceu e o que está a ser feito.

A humanidade está quase a chegar a Marte, tem que ser possível à Câmara Municipal explicar aos munícipes o que é que aconteceu, para dar origem à mortandade de peixe no rio Almonda e, já agora, também, que medidas de averiguação e eventual contraordenação é que estão a ser tomadas em relação à Fábrica da Renova.

Acho que não podemos ter Etar's que avariam duas vezes seguidas e poluem e, pronto, limpa, e está tudo certo.

Para terminar, gostaria de trazer outro assunto, que se passou com a senhora D. Maria Alves de Alcorochel, na última reunião da Câmara.

A senhora, para quem viu, interveio indignada com o estado em que se encontra a rua onde ela mora. Reclamou pelo facto de o Sr. Presidente da Câmara não ter cumprido o compromisso assumido, mas também protestou contra o facto de a Câmara não responder aos seus mails, não atender os seus telefonemas e deu relevo ao aparente desalinhamento entre a Câmara e a Junta da União de Freguesias de Parceiros da Igreja, Brogueira e Alcorochel.

Sem convicção, nem sucesso, o Sr. Vice-Presidente Luís Silva, tentou justificar a falta de intervenção nas ruas do Mirante e da Escola e a única coisa que respondeu com objetividade foi quando disse que a Câmara tem 1,5 milhões de euros para investir na rede viária do concelho. Este episódio põe a nu um aspeto da governação concelhia já várias vezes trazido ao debate pelo Bloco de Esquerda.

A manutenção da rede viária faz parte das responsabilidades quotidianas municipais e é um processo sempre em curso. Isto é, no que diz respeito à manutenção da rede viária do concelho, é necessário um estado permanente de planeamento e calendarização.

Mas não é isso que acontece. O empréstimo recentemente aprovado de cerca de 1,5 milhões de euros para a manutenção da rede viária, não planeia nem calendariza e deixa as comunidades num limbo e dependentes de uma palavra amiga.

Este é o principal problema e foi por isso que o BE votou contra a abertura do procedimento do empréstimo bancário para a manutenção da rede viária, quando este tema veio à Assembleia Municipal. Não porque discorde da necessidade, mas pela ausência de planeamento e calendarização, que foram as causas principais do desalento da Sr^a D. Maria

Alves na reunião de Câmara e levaram o Sr. Vice-Presidente a uma retórica que não convenceu ninguém.

Aproveito para referir que, há algum tempo, o BE propôs que a Câmara abrisse um procedimento para um empréstimo faseado de 5 milhões de euros para a manutenção da rede viária, em que os principais vetores eram, precisamente, o planeamento e a calendarização, para que todos os munícipes conhecessem exatamente quando e onde iria haver intervenção nas suas freguesias.

Mas, obviamente, a proposta não foi aceite pelo executivo municipal, porque parece que planeamento e calendarização é uma coisa difícil de conceituar na gestão municipal e é por isso que, estou plenamente convencido, casos como o da D. Maria Alves irão continuar a acontecer.

Entretanto, entregarei à mesa as respostas que obtivemos do Ministério do Ambiente.”

Cristina Tomé: “Trazemos dois assuntos.

1º: Tem vindo a público que a população das imediações da “Quinta do Marquês”, nomeadamente, de Casais Sebes, após a aquisição desta quinta, não tem tido descanso e tem sido privada do seu direito de usufruto de caminhos que o povo utiliza desde sempre. Para além dos novos proprietários terem vedado os caminhos à população, ato ilegal, os mais recentes inquilinos não se têm portado de forma melhor.

A equipa de filmagem que habita atualmente a citada quinta, tem circulado pela povoação de moto 4 sem matrícula, impedem as pessoas de circular livremente porque estão em filmagens e, quando confrontados com a necessidade de licença para o efeito, esquivam-se.

Também é do conhecimento público que há cerca de um mês, um grupo de pessoas que habitam as povoações limítrofes da quinta, questionaram a Câmara Municipal em reunião de Câmara, em relação a este assunto e à legitimidade da atuação dos novos proprietários da quinta.

A Câmara disse que ia averiguar. E, para não variar, as pessoas continuam à espera duma resposta e da ação da Câmara, para que possam voltar a usufruir dos caminhos que sempre percorreram.

Assim sendo, a CDU pergunta, que medidas a Câmara está a tomar para que esta população usufrua dum direito que é seu?

Segunda questão: Num e-mail enviado pela Direcção do Centro de Reabilitação e Integração Torrejano, o CRIT que, certamente, foi dirigido a todas as forças partidárias presentes nesta Assembleia, para que incluam esta questão no programa do próximo ciclo eleitoral, pode-se ler:

“O abastecimento público de água, o saneamento de águas residuais urbanas e a gestão de resíduos urbanos são considerados serviços públicos essenciais, por serem vitais ao dia-a-dia dos cidadãos, e devem ter garantida a sua universalidade de acesso, mas no caso que apresentamos, todos os proprietários de imóveis urbanos nesta avenida têm que recorrer a fossas ou a estações de tratamentos de resíduos (ETAR’s), como é o caso do CRIT.”

E agora já sou eu a falar, ora, não apenas neste local como em todo o concelho, os pontos mencionados devem ser uma prioridade, e são uma prioridade para a CDU.

Por isso, subscrevemos a preocupação levantada por esta instituição e alargamo-la a todo o concelho onde não exista saneamento básico.

É lamentável verificar a quantidade de locais em todo o concelho, onde as casas ainda têm fossas sépticas para recolherem os resíduos.

O Município de Torres Novas tem o dever de zelar pela salubridade de todos estes locais.”

André Valentim: “Sob pena de me tornar repetitivo, mas faço questão de o ser.

Venho novamente aqui, questionar os relatórios de monitorização das áreas de Reabilitação Urbana, que deveriam ser feitos anualmente, e a cada 5 anos ser submetidos a esta Assembleia Municipal, para que nós os possamos avaliar.

Penso que a primeira ARU foi aprovada em 2018, estamos em 2023, relatórios de monitorização de acompanhamento nem vê-los, continuamos a aguardar e friso que esta obrigatoriedade está prevista no artigo 20º- A do Decreto-Lei 307/2009, de 23 de outubro. Gostaria que a mesa desta Assembleia, Sr. Presidente e o Sr. Vereador responsável pelo pelouro, tomasse nota desta situação, porque estamos há mais de seis anos em incumprimento. Nós temos vindo a alertar, pelo menos desde 2020, para esta obrigatoriedade e isso não aconteceu.

Porque os relatórios de monitorização servem mesmo para nós percebermos como é que são as dinâmicas, se estamos a trabalhar bem, se estamos a trabalhar mal, se precisamos trabalhar de maneira diferente e, até ao momento, nunca veio aqui a esta discussão qualquer relatório de avaliação da execução das operações de Reabilitação Urbana.

Por falar em relatório, tivemos a confirmação na última reunião de Câmara que o Relatório da Auditoria aos Serviços de Urbanismo, pelos vistos, já está pronto, já está na posse do Executivo e, até ao momento, parece que não foi dada relevância a esse relatório.

Vou passar a ler o texto que escrevi aqui, só para podermos consciencializar todos um bocadinho mais.

Tendo em conta todas as situações mais ou menos conhecidas que envolveram os serviços municipais do Urbanismo, ouvimos o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, quando questionado em reunião de Câmara pelo relatório de auditoria ao funcionamento dos serviços de Urbanismo, tão somente respondeu que já o tinha recebido há uns tempos e que, oportunamente, levaria o documento a uma reunião privada da Câmara Municipal. Estranhámos, ou talvez não, que um documento tão relevante como um relatório de uma auditoria aos serviços ainda não tenha sido alvo de uma discussão e análise objetiva, o que demonstra bem a inércia do vereador responsável para garantir a melhoria dos serviços. Aguardamos que o documento seja disponibilizado com a máxima rapidez para apreciação, e mais importante que a sua disponibilização, é que sejam apresentadas medidas concretas de melhoria dos serviços do Urbanismo, algo que até ao momento não se tem sentido.

Passando a um outro ponto, que tem a ver com a Requalificação da Escola Artur Gonçalves. Após várias promessas de que as obras iriam avançar com máxima rapidez, iniciamos mais um ano escolar e obras nem vê-las. Durante quanto mais tempo iremos sujeitar a nossa comunidade escolar a condições tão deficitárias? Sendo uma escola de intervenção prioritária, o que justifica este atraso? Mudaram as premissas das candidaturas? Houve necessidade de alterar algum procedimento?

Relembro que tivemos, primeiramente, o lançamento do concurso para o projeto da escola, depois esse concurso foi cancelado, houve uma indicação que, para obtenção de Fundos Comunitários, era melhor apresentarmos um projeto de conceção/construção.

Afinal, parece que temos aí o Tribunal de Contas a dizer alguma coisa, outras vezes, a dizerem que afinal não é este o procedimento adequado. Sendo assim, solicitamos os esclarecimentos necessários para a clarificação desta situação.”

José Santos: “Dando voz ao Movimento Pela Nossa Terra, hoje começo por me referir ao evento que decorreu nesta sala, no passado 21 deste mês, denominado “Visão Estratégica 2035”.

É um trabalho em formato livro e digital, onde estiveram presentes quatorze elementos responsáveis pela iniciativa, fruto de uma dinâmica que durou um ano, em consultas, quer de coletividades, quer de personalidades responsáveis pelas mais diversificadas dinâmicas da nossa vida comunitária concelhia. Este documento, teve como princípio ser independente e apartidário.

O Movimento Pela Nossa Terra, louva esta iniciativa e mais que venham, como contributo para ir mais além no desenvolvimento de Torres Novas.

Agora o segundo tema, tem a ver com o seguinte:

Cumpr-me chamar a atenção, para um problema que está a afetar o centro e periferia da nossa cidade, refiro-me à proliferação de largas centenas de pombos, por todo o centro da cidade e especialmente junto ao Centro Comercial Açude Real. Constatamos o estado conspurcado das ruas e edifícios pelos dejetos dos pombos.

Na nossa opinião, para evitar que as ruas, telhados e pintura de edifícios se continuem a degradar, por ação destes animais, sugerimos ao município a conceção de um plano que permita uma correção de densidade dos pombos.

Contactado um especialista, nesta matéria, deu-nos a informação que devido às inúmeras colónias de pombos que existem por toda a cidade, com muitas casas devolutas e em ruínas, um plano de correção da espécie a ser implementado teria de vigorar para ter efeitos positivos, pelo menos, por 5 anos.

Ainda assim, pensamos que não é descabido apelar ao município que tudo faça para implementar medidas de proteção para, pelo menos, minorar o problema.

Uma dessas medidas tem a ver com a salubridade pública, solicitamos ao município que pelo menos uma vez por semana, decida, com os meios disponíveis, lavar e desinfetar as ruas, especialmente as do centro histórico da cidade, eliminando assim, os dejetos dos pombos. Deste modo, estaria a colaborar com o comércio, dando imagem de uma cidade limpa e a contribuir para um bom ambiente e saúde de todos nós e de quem nos visita.

Por fim, o terceiro tema, tem a ver com as acessibilidades na Variante do Bom Amor, já identificadas e conhecidas de todos nós.

Sem querer tornar-me aborrecido, só porque o assunto é urgente, mais uma vez, apelamos ao município que exerça pressão, sensibilizando o IP- Infraestruturas de Portugal, para o caos nas horas de maior movimento e os acidentes que continuam a ocorrer.

Parabenizamos o IP-Infraestruturas de Portugal, porque decidiu e bem, pavimentar toda a variante, mas agora as velocidades praticadas por alguns condutores são bastante maiores.

Sem rotundas e outros dispositivos que os parem, nos entroncamentos críticos, os acidentes tendem a aumentar.

Também nesta época de incêndios, o IP esqueceu-se, talvez por falta de recursos, de mandar cortar a vegetação ao longo dos taludes, propiciando episódios de incêndio que, felizmente, até agora não ocorreram.

Já agora, um à parte, em toda a Variante não existe saneamento básico, nas habitações que lá existem, portanto, desculpem a redundância, é uma falta, que é necessária para as habitações, todas elas têm o seu próprio sítio para onde vão os resíduos.”

Luís Paulo: “No final do mês de agosto a localidade de Vale da Serra foi afetada por mais um incêndio florestal, desta vez, na vertente da encosta da Serra de Aire, junto ao Casal Valentão, como o Sr. Presidente sabe. Como também deve saber, o chamado caminho corta-fogo encontra-se por concluir há perto de 20 anos, precisamente entre o início do Casal Freixo e o Casal Valentão. Por isso, questiono o Sr. Presidente se está prevista a sua conclusão e os acessos ao mesmo, na zona a partir dos baldios da Serra.

Como vimos no último incêndio, o combate a este fez-se com extrema dificuldade, devido à falta de acessos nesta zona de serra que só com o sacrifício dos bombeiros que o combateram, foi possível controlar e salvaguardar os bens e as pessoas.”

Luzia Serigado: “Como deputada Municipal do Movimento Pela Nossa Terra, como elemento da direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Torrejanos e como uma simples cidadã, não poderia deixar passar este momento sem agradecer profundamente a todos os bombeiros portugueses, que arriscam a sua vida diariamente para proteger e salvar a população. E, em particular, aos bombeiros torrejanos, quer seja no combate a incêndios, nos resgates em emergências ou na prevenção de acidentes, estão sempre prontos para agir, com coragem, dedicação e amor ao próximo. Obrigada por tudo o que fazem pela nossa comunidade.

Mas também quero deixar uma palavra de apreço para com os municípios torrejanos, as entidades e empresas do concelho e dos concelhos limítrofes que, quando são chamados a ajudar os bombeiros, quer nas campanhas de angariação de bens essenciais, aquando do combate aos incêndios, quer em resposta a outros momentos de solidariedade, estão lá, juntos fazemos a diferença.

Um agradecimento à Câmara Municipal de Torres Novas, que disponibilizou o que estava ao seu alcance para ajudar na recolha e entrega de bens aos bombeiros que estavam na linha da frente, no combate aos incêndios no norte do país, em meados deste mês.

A solidariedade dos munícipes não se limita aos bombeiros e a todos aqueles que são apanhados no meio destes cenários de horror, alguns deles com perdas de familiares, bens materiais e animais.

Os torrejano e a população de outros concelhos também disseram “presente”, quando os bombeiros torrejanos e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Torrejanos, organizaram uma festa solidária no final do mês de agosto e a sua resposta foi célere e de uma grande generosidade. Falo da festa solidária que visava a angariação de fundos para apoiar o André Trindade, para quem não sabe, o André Trindade, de 29 anos, sofreu um grave atropelamento em 2022 em Aveiro, ao passar a passadeira e ficou com uma incapacidade de 95% e totalmente dependente. Ele é filho do bombeiro António Trindade, com quase 40 anos de bombeiro, e depois de tantos anos a usar o lema vida por vida e a olhar o próximo, sem abnegação a vida deu-lhe este desafio, mas mais uma vez a comunidade e os bombeiros uniram-se e foi um sucesso. Por tudo isto e muito mais, tenho um enorme orgulho de ser torrejano, e dos nossos bombeiros.”

Presidente da Câmara Municipal: “Vou tentar responder, penso que na maior parte da das questões postas conseguirei responder.

Mesmo antes do PAOD, fazer um apontamento em relação à questão apresentada pelo Valentim, sobre o apoio a atletas.

Nós ao longo dos tempos, temos tido a obrigação, até certo ponto, um certo orgulho, como autarcas de acompanhar a evolução e uma coisa é os Clubes Desportivos, todos, merecem o maior aplauso e que podiam não gerar campeões, estava tudo bem na mesma. Porque a sociedade torrejano e a sociedade portuguesa, diria que é uma obrigação de qualquer autarca proporcionar isso, e temos dado provas, já do passado, com a construção de equipamentos, alguns até invulgares a nível nacional e que têm sido amplamente utilizados. Fruto dos dirigentes, fruto dos pais, também dos jovens e menos jovens, que praticam o desporto, que cada vez são mais e ainda bem, vão surgindo campeões porque têm condições para isso e têm sobretudo espírito de sacrifício, cada um per si.

Obviamente, que valorizamos todos os dirigentes e não podemos esquecer.

Para os atletas, vamos criando um ninho especial, há poucos anos a esta parte é que isso aconteceu, começar a valorizar mais os Federados e que são ou que têm tendência para olímpicos ou para grandes provas, começamos a dar um subsídio especial para as despesas, mesmo que tenham apoios do Estado são sempre insuficientes quando vão a essas provas. Portanto nós, temos procurado corresponder, se é suficiente ou não, se calhar não é suficiente, mas o reparo de continuarmos a apoiar, subscrevo, deve haver um esforço da Câmara para continuar a apoiar.

Não é por acaso que, acho que é depois de amanhã, que vai haver uma reunião precisamente com clubes, com um dos clubes que teve os atletas olímpicos e que certamente nos querem apresentar algumas sugestões.

Portanto, o diálogo é permanente através aqui do Vereador do Desporto, que é o Vice-Presidente, que muitas vezes é ele que faz a reunião e não eu, depois falamos e acertamos as coisas.

Entrando agora no PAOD, todos nós, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, metemo-nos num mar muito agitado e esse mar agitado chama-se Saúde.

A Delegação de Competências foi atirada para os braços das Câmaras e de uma via indireta para as Juntas de Freguesia, e porquê? Porque somos a infantaria de qualquer governo. Primeiro são as Juntas, porque são as primeiras, logo a bater-lhes à porta, como tenho costume dizer e depois a seguir procuram falar com o Presidente da Câmara ou com os Vereadores, quando a coisa corre mal, ou há falta de médicos, neste caso.

A falta de médicos a nível nacional não é novidade nenhuma, infelizmente. Nós, tem sido menos gravoso do que tenho visto, e que todos temos visto a nível nacional, umas vezes pior, outras vezes um bocadinho melhor, não havia médicos, depois arranjam-se médicos. Havia o Centro Hospitalar do Médio Tejo, que não tinha nada a ver com os Médicos de Família, e, entretanto, criaram a nível governamental as ULS - Unidades Locais de Saúde que abrange tudo, e aí houve uma diferença. Com a criação das ULS, nós, o papel que tínhamos para arranjar médicos por fora, e para lhes pagar um almoço, para lhes dar uma verba para compensar a deslocação, continuamos a fazê-lo, a Câmara de Torres Novas continua a fazê-lo, sei que algumas Juntas de Freguesia, eventualmente, também fazem, mas não temos a varinha de condão na mão para resolver o problema.

As questões que o Presidente Leonel, disse e que registei, há uma coisa, a falta de resposta ou a falta de diálogo é inadmissível para uma Câmara ou para uma Junta de Freguesia. Devo confessar que, na altura em que falei, a ULS, se calhar, ainda não estava superativa

ou se estava já muito ativa, numa das Assembleias Municipais, foi o que o Presidente da ULS me disse e transmiti. Porque bem basta e garanto-vos que não é trabalho fácil, nós Câmara, aí sim, com responsabilidades, ter que gerir tudo o que é pessoal auxiliar, não o pessoal de enfermagem, nem médicos, nem a gente se envolve nisso, mas já temos que gerir a parte das limpezas, das viaturas, das deslocações, tudo e mais alguma coisa que as Câmaras não estavam habituadas e agora temos que gerir.

Garanto-vos, posso garantir-vos mesmo, em Torres Novas, estamos a gerir muito melhor, porque temos históricos disso, do que quando era só o governo a tomar conta das situações. Por isso, é que recebemos carros com 20 e tal anos, que não ficava no meio do caminho com a enfermeira ou com o médico, porque não calhava, hoje, felizmente, já temos renovação da frota. Já há quem diga, dentro do Centro de Saúde, que a limpeza até já é diferente e, portanto, é a nossa obrigação. Médicos, tentaremos tudo, mas não está na nossa mão.

Portanto, quero dizer ao Presidente Leonel, e ele percebe porque também luta por isso, é que podemos fazer pressão, mas não apontem o dedo à Câmara, porque a Câmara não tem responsabilidade absolutamente nenhuma na questão dos médicos. Senão procurar, e temos procurado, incluindo as Juntas de Freguesia, incluindo o Leonel, procurado cativar médicos para virem. Se uma vem de longe e, entretanto, já deixou de vir, quem é que controla os horários e não controla, registei as preocupações e irei falar com o Presidente Casimiro, que é o nosso Presidente da ULS, logo que possa, o que ele me disser transmitirei ao Presidente Leonel.

Quanto às empresas que fazem trabalhos e que são contratadas pela Câmara, ou funcionam bem ou funcionam mal, se funcionam mal têm penalizações como a própria Lei, também, defende.

Quando recolhem os resíduos, a questão das ilhas ecológicas, se são destruídas em parte ou não, uma delas por acaso até tem o meu nome, ainda por cima, espero que não tivesse sido essa? Foi, então não lhes perdoo. Vou ver o que é que se passou, em primeiro lugar com o Vereador do Pelouro que, eventualmente, também não sabe destas situações e procurar que a Junta não fique prejudicada com o que aconteceu.

Como, por exemplo, no sábado passado, a destruição do abrigo e nem água vai nem água vem, portanto, isto não pode, ainda por cima não se paga tão pouco quanto isso à SUMA, como todos poderão adivinhar, mas mesmo que se pagasse pouco, é uma obrigação quando se destrói tem que se pagar.

Em relação ao trânsito no Carvalhal do Pombo e no Outeiro Grande, vou também procurar saber, não sabia desta questão do GPS indicar para outro lado, não é caso único infelizmente, nem a nível nacional, nem a nível de Torres Novas. Por acaso, uma das minhas ruas também é uma das mais castigadas por isso, na Zona Alta, cria às vezes mesmo confusão, sobretudo para carros pesados. Irei ver o que é que se passa e depois entrarei em contacto com o Leonel e agradeço a sua intervenção.

Em relação ao Rui Alves Vieira, sobre a Cratoliva, vou pedir ao Vice-Presidente para depois explicar, embora saiba, mas ele irá explicar a seguir.

Peixes no Rio, já tenho dito várias vezes, não sou pessoa de Facebook mas de uma forma direta ou indireta, vão me chegando e as pessoas persistentes que têm todo o direito de ser: “mas falem, digam quem foi, o que é que se passa...”, dá a impressão que a Câmara é que matou os peixes no rio ou que teve alguma responsabilidade. Disse sempre aos meus serviços, e agora aproveito para dizer publicamente, só quando tiver dados concretos é que o Presidente Pedro Ferreira, terei a responsabilidade, mas também a consciência tranquila, de logo que tenha provas do que aconteceu, que ainda não tenho, transmitir para a página da Câmara, dizer numa reunião de Câmara, dizer numa Assembleia Municipal.

O que posso dizer, neste momento, é que a PSP recolheu análises e a APA. A PSP já endereçou ao Tribunal de Torres Novas alguns elementos, a Câmara tentou contactar a Sra. Procuradora, que foi extremamente diligente e simpática e que disse que logo que tivesse analisado o relatório da PSP, que informaria a Câmara.

Portanto, está-se a cumprir a legislação portuguesa, está em Tribunal, se é o Joaquim, se é a Maria, se é uma fábrica, se é a Câmara, se foi porque a água do rio baixou, se foi por isto ou por aquilo, há-de vir lá pelo menos a opinião das entidades policiais que têm, sobretudo, a competência de analisar essas situações, portanto, quando isso acontecer, quando tiver os dados do Tribunal, porque sem os dados do Tribunal, é atirar coisas para o ar. Julgo que também não é isso que o Bloco de Esquerda quer, uma suposição, se calhar, foi aquilo, se calhar, foi não sei o quê.

Há bocado foi transmitido neste espaço, eventualmente alguém viu, dos que estão presentes, um filme sobre o Rio Almonda e onde aqui à mesa o realizador do filme, o Carlos Lima, também se pronunciou sobre isso.

O mais importante, agora, quando acontecem estes casos, infelizmente, daqui a muito anos, vamos supor que o rio está translúcido e que está perfeitamente a 100% potável, pode

acontecer qualquer coisa, e vamos baixar os braços? Não, vamos preocuparmos, claro que sim, vamos procurar saber porque que aconteceu.

Mas o mais importante para mim, é que aquela tonelada de peixes que morreram e que foi muito grave, mas se hoje formos lá à Beira Rio, lá no mesmo sítio onde eles morreram, estão lá peixes a passar e foi naquele sítio só, o que é que aconteceu?

Espero que a nível do Tribunal esclareçam alguma coisa das análises que fizeram. Nós também fizemos análises, nós Câmara, mas as análises que fizemos e que podemos fazer chegar a qualquer pessoa e às forças políticas, não é por ali que se consegue detetar nada de especial. Não sou biólogo, não percebo tecnicamente disso, mas quem percebe não é por ali, pelas análises que fizemos. A PSP e a APA é que têm essa incumbência, pode ser que o tenham feito de uma forma mais profunda.

Sobre os dois episódios da Renova, é uma coisa semelhante.

A Renova é uma fábrica que está diretamente ligada ao rio, como todos sabemos, e que tem ETAR's a funcionar, há uma legislação que diz, quando uma ETAR avaria há parâmetros oficiais jurídicos, quem os inventou não sei, mas é a legislação que diz que é penalizante para a empresa ou não é penalizante, quem interfere nesse campo é a Agência Portuguesa do Ambiente.

Qual foi o papel da Câmara? Detetar a situação, informar a Agência Portuguesa de Ambiente, particularmente, oficialmente não devia dizer particularmente, mas tenho uma ligação muito próxima, muito direta com a Presidência da APA, eu próprio tomei providências nesse campo, várias vezes telefonicamente, para se aperceberem do que é que se estava a passar.

E, portanto, aguardemos também, porque há penalizações ou não, para esses casos, mas a Câmara, o papel que poderia fazer, foi o que fez, estar preocupada como todas as forças políticas certamente estão, contactar as entidades que têm competência nessa matéria, como a Cratoliva, depois o Vice-Presidente falará da Cratoliva.

Em relação à Renova, esperar que não aconteça como desta vez, foi relativamente próximo o que aconteceu, no mesmo ano duas situações, dois episódios, um em agosto, se não estou em erro e outro nos finais de setembro, há poucos dias.

A dona Maria Alves, mais propriamente da Charneca de Alcorochel e da Rua do Mirante. É raro, raríssimo, faltar a uma reunião de Câmara, mas por ausência na Comunidade Intermunicipal, uma reunião importante fora do concelho não pude estar presente, porque se estivesse tinha explicado e respondido melhor à munícipe.

Nunca o Presidente da Câmara prometeu nada, a não ser, ir numa determinada altura pôr o piso, razoável, porque é terra; em segundo lugar, estava a ser feito um projeto, ainda não está concluído, o projeto está a ser feito pelo nosso Departamento de Obras, não é só para a Rua do Mirante, está aqui a União de Freguesias da Brogueira, através da Patrícia, sabe que o projeto vai abranger também ruas que pegam com a Rua do Mirante, até com uma rotunda que há ali, etc.

Estamos a falar de uma obra de cerca de 400.000 €, está por alto estimada, e com todo o respeito pelas pessoas, pelas vivendas que estão na Rua do Mirante, há muitas situações no nosso concelho que todos têm direito, até porque todos dizem e com razão, até acho piada sem merecer piada nenhuma, “eu pago IMI, tenho direito”, é verdade.

Estou aqui há muitos anos na Câmara e recordo-me que há 32 anos atrás, aparecia alguém com uma casa para licenciar, mas não havia nem água, nem luz, nem estrada e alguns proprietários do imóvel diziam assim: “mas aprovem o licenciamento da obra, porque eu comprometo-me e assino, que ponho água, luz”. Hoje não é assim, hoje, a partir de um licenciamento camarário é obrigatório, e acho muito bem, que depois haja as acessibilidades garantidas. Por isso, é que os PDM’s cada vez mais devem ser melhor revistos, com uma perspetiva de futuro cada vez, também, mais realista e que seja para beneficiar todos, mas também não é para penalizar todo um conselho.

Porque alguém se lembrou de fazer uma casa, estou a exagerar de propósito, no alto da Serra D’Aire, por exemplo. Tenho todo o respeito pelas pessoas que lá fizeram as suas moradias, mas quando as fizeram sabiam que a situação não era fácil de resolver ou, pelo menos, tão imediata quanto isso. Estamos preocupados, como eles estão, em resolver a situação, mas não é por pressão, nem por virem a uma reunião Câmara dizer, com mentira, falo por mim, não prometi nenhuma estrada com o prazo de ser feito, de 400.000€, a senhora nenhuma. Disse-lhe que íamos fazer o projeto e que íamos arranjar, já que se estava a queixar porque tinha havido umas chuvas e havia buracos ou parecido, irem lá reparar. Também sei que o Presidente da União das Freguesias já contactou a senhora e até a convidou para vir a uma reunião de Câmara e retratar-se e repor a verdade, porque a verdade não foi esta, garanto que não foi esta, sob a minha palavra de honra.

Cristina Tomé, Quinta do Marquês e caminhos públicos.

O que disse aos moradores e que utilizam, sobretudo eles, não são só eles, os caminhos públicos ou que sempre utilizaram, disse numa reunião de Câmara que iria procurar uma solução de consenso, dentro do possível. Porquê? Envolve, primeiro, a defesa de caminhos

públicos, a eventual alternativa dentro do mesmo espaço, de caminhos públicos que não prejudicasse um grande investimento de turismo, que já deu entrada esse projeto no Urbanismo. E que representa uma resposta de extrema importância em termos económicos para o concelho, de criação de postos de trabalho, um hotel de cinco estrelas, que nunca tivemos e que era bom que tivéssemos, também como alternativa à região.

E, portanto, é esse consenso que se está a procurar, há um caminho que já está a situação resolvida com os proprietários que é o da Estrada Romana, o outro caminho compromete um bocado o que se pretende fazer do hotel, porque quase que encosta ao edificado que lá existe e há algum comprometimento. Há uma figura na Lei, que alguém me chamou a atenção e que é isso que estamos a procurar resolver, que é ou não considerar o caminho do domínio privado da quinta, o caminho público que está mais a comprometer. É esta procura de consenso, é uma reunião que vou ter novamente com os proprietários, é a minha forma de estar na vida, podem dizer “por mim, chego lá e corto as correntes, arrombo aquilo tudo e reponho o caminho público”, não funciona assim. Já tive uma reunião com o Sr. Presidente, que está aqui presente, da União de Freguesias de Santa Maria para procurar dentro de uma linha de razoabilidade e que não se comprometa nenhuma das partes. Portanto, sou defensor dos caminhos públicos, que há uma figura legal para os podermos exigir e se pudermos conciliar as duas coisas, quero acreditar que vamos conseguir, acho que vale a pena e é isso que estamos a fazer.

Sobre o CRIT, o comunicado que saiu, vou ter que ser muito moderado nas palavras porque faço parte do CRIT, sou o Presidente da Assembleia Geral.

Apenas dizer o que já disse ao CRIT, e aproveito também para informar todos, é que no próximo dia 10 de outubro, pelas 15 horas, estarei numa reunião em Almada com as Infraestruturas de Portugal, para quê? Para três assuntos: um é a Avenida do Bom Amor, estrada que ainda é Estrada Nacional 349 e que nós, Câmara, estamos disponíveis para fazer um protocolo, que já foi aqui falado também, com as Infraestruturas de Portugal, em que pagamos o projeto, estamos só à espera que eles estejam preparados para assinar, eu já estou, para eles, depois, assumirem a obra.

É uma obra que vai demorar algum tempo, o projeto vai demorar pelo menos um ano a fazer, eles tiveram a excelente ideia de pavimentar e correu tudo muito bem, só se esqueceram, daqui a bocadinho falarei, esqueceram-se então de preservar e salvaguardar, a questão dos fogos, cortar as ervas nos taludes.

Mas, portanto, os três assuntos que vou ver é a Avenida do Bom Amor e duas rotundas que vão arranjar, do Shopping e a rotunda Sul, como chamamos quando se vai para o hospital, essas duas rotundas vão ser arrançadas. A Avenida João Paulo II, como nós designamos, vai passar para a gestão das Infraestruturas de Portugal, não é uma benesse da Câmara, é porque a legislação diz, todas as estradas, as avenidas, as ruas que emboquem ou desemboquem numa autoestrada, como é a da A23, forçosamente têm que passar para a gestão das Infraestruturas de Portugal, e é isso que irá acontecer.

Portanto, quando o projeto for feito vai incluir, depois de uma reunião que já tive com as Águas do Ribatejo, tudo o que é saneamento na Avenida do Bom Amor, onde está o CRIT e onde estão as casas particulares.

Portanto, aproveitar-se-á esse projeto para as intervenções da parte de saneamento, que não vão competir com as Infraestruturas de Portugal, mas que irão competir às Águas do Ribatejo.

As Águas do Ribatejo, como sabem, tem uma concessão por 30 anos, começaram a desenvolver as obras em 2011, tem já feito muito, cerca de 30 milhões, se não estou em erro, que já investiram em Torres Novas. Há ainda zonas para fazer, a próxima, logo que o projeto esteja concluído e haja um Fundo Comunitário ou haja verbas próprias para fazer da parte das Águas do Ribatejo, que é a zona de Parceiros de Igreja, a zona de Liteiros, toda aquela zona ali, em primeiro lugar.

Depois, há zonas também no conselho onde não está previsto haver saneamento, fruto de regras que a própria Comunidade Europeia entende, pelo menos, por enquanto, a não ser por verbas próprias, os Fundos Comunitários não contemplam zonas com poucas habitações, ou em determinados sítios onde é difícil lá chegar e então defendem as fossas sépticas.

Já agora, aproveito para repetir o que já disse muitas vezes, quem não tem saneamento, em primeiro, se vier na fatura da água, deve informar que deve ser retirada a taxa que lá está de saneamento, porque não tem saneamento.

Em segundo lugar, consoante a água que gastarem durante o ano, têm direito a despejar a fossa cética através das Águas do Ribatejo, de uma a quatro vezes gratuitamente, durante o ano. Podem passar a palavra, pode haver alguém que ainda não saiba desta possibilidade.

André Valentim, sobre as ARU'S, o Vice-Presidente irá dar uma explicação. Sobre o Relatório de Serviços de Auditoria ao Urbanismo, a mesma coisa.

Sobre a Escola Artur Gonçalves, julgava que o Governo atual informasse os partidos a nível local, porque essa pergunta deve ser feita ao Governo atual e porquê?

Porque foi feito o mapeamento de todas as escolas com urgente necessidade a nível nacional, onde está a Escola Artur Gonçalves, foi subscrita pelo Governo da altura, subscrita pela Associação Nacional de Municípios e, entretanto, disseram-nos: “Para terem prioridade, há três hipóteses: primeiro, obra já em curso; segundo, vou dar o exemplo, mais próximo: Ferreira do Zêzere, já tinha uma obra em curso; segundo, lançamento de concursos, Torres Novas – Artur Gonçalves; terceira hipótese, mas vai ficando para trás, a última hipótese, e as outras depois já não tem hipótese nenhuma, ter o projeto feito.

Portanto, lançamos o concurso, ou melhor, houve uma deliberação camarária para o lançamento do concurso.

Contactamos, ainda foi esta semana, o Ministério da Educação, estivemos em Penalva do Castelo, uma reunião com a Comunidade Intermunicipal e onde se falou das escolas e das habitações. Foi-nos dito que a primeira fase foi com o dinheiro do orçamento, a segunda fase que já foi através do empréstimo ao BEI, o Banco Europeu de Investimento, e que foi de 50 milhões de euros. Calhou 50 milhões de euros para a região de Lisboa e Vale do Tejo, só a Escola de Torres Novas, a Artur Gonçalves vai custar 24 milhões.

Então, quando é que a gente tem escolas? Isso é uma pergunta que se tem que fazer ao Governo e que faço também todos os dias ao Governo. Quando é que a gente pode contar com uma obrigação que é do Governo? As Escolas Secundárias não eram da Câmara, nós tínhamos só o 1º Ciclo, atiraram-nos com as Escolas do Ensino Secundário para nós, então? Esperemos, quero acreditar, que através do Empréstimo do BEI ou de outra maneira qualquer, consigamos pôr a Escola Artur Gonçalves a andar, que bem precisa avançar, porque custou muito caro o projeto. Temos tudo preparado, até estamos preparados para deslocar as salas de aula, só queremos é que arranjem o dinheiro para a escola avançar.

Para o Sr. José Santos, a Visão Estratégica 2035, e muito bem, fui convidado também para estar presente, não pude estar presente, estive numa cerimónia à mesma hora.

Só gostava de ter visto antes de uma apresentação pública, pensei que o Presidente de Câmara tinha alguma benesse de mostrarem antes, já que era para falar até 2035, mas não tive essa sorte, mas se tivesse tido possibilidade, tinha vindo cá.

Sobre os pombos, é um problema de há muitos anos que temos, já esteve melhor, já esteve pior, mas está mal. Especialistas na matéria, já os contactamos todos, até já tivemos falcões aqui a visitar Torres Novas e assustar os pombos todos, já tivemos tudo e mais alguma

coisa. Mas a questão da lavagem e desinfeção das ruas, registo e passar a palavra, também, ao Vereador do Pelouro.

A Variante do Bom Amor, portanto, já falei, a questão do saneamento, dos taludes da Variante, irei chamar a atenção às Infraestruturas de Portugal.

Luís Paulo e o fogo no Vale da Serra, Casal Valentão, onde estive também com a Direção dos Bombeiros e com todos os Bombeiros. Felizmente, apesar de ter sido muito mau, há muito tempo que não acontecia, foi muito mau mesmo, mas houve uma eficácia enorme da parte dos Bombeiros e tivemos alguma sorte, porque já vinha outro caminho do lado de Ourém que, felizmente, não encostou.

Os caminhos corta fogo, um está incompleto, mas foi muito bem feito e vamos continuar a fazer, através do Coordenador da Proteção Civil e em diálogo com os Bombeiros, iremos continuar a apostar, até com o próximo Orçamento Municipal que está para vir, lá para outubro, já contemplar também dentro do possível e tecnicamente, e os Bombeiros sabem como criar esses caminhos alternativos.

E subscrever e aplaudir a intervenção da Luzia Serigado, que foi bem merecido.”

Vice-Presidente: “Relativamente à Cratoliva e respondendo ao Rui Alves Vieira. Vou ler aqui um dos parágrafos mais importantes do Parecer Técnico: “Face ao teor do Auto de Vistoria 126/2024, a Comissão de Vistoria é de parecer que o estabelecimento não possui condições para o funcionamento da atividade, uma vez que não cumpre todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis”. Depois, no relatório há uma listagem das exigências, que não cumpre, tudo especificado, poderão depois ter acesso ao relatório.

O Município, ou seja, em termos de Executivo, vamos decidir a cessação imediata da atividade, imediata não, vamos dar um prazo de cumprimento da lei, portanto, temos que dar 60 dias, temos que cumprir a Lei, isto não é aquilo que a gente quer, no espaço mais breve possível. Estas questões não dependem sempre da nossa vontade, a Lei sobrepõe-se às vezes à nossa vontade.

Relativamente à ARU, Reabilitação Urbana. O Valentim, permite tratá-lo assim, tem alguma razão nisto, de facto, no relatório. Não tenho pressionado muito os serviços, porquê? Porque quando estou a tirar um arquiteto para me estar a fazer relatórios, estou a retirar um arquiteto para me ver processos, às vezes, dentro da balança a gente tem que pesar, de facto, vou ter que arranjar um outro técnico que tenha mais disponibilidade para ver se faz estes relatórios. A informação está toda disponível, no fundo, os apoios, aquilo

que foi concedido, isso até está tudo compilado e vai ter que se arrumar para dar resposta a isso. Não discordo, obviamente, que é um imperativo legal, portanto, vamos ter que dar resposta a isso.

Relativamente ao Relatório de Auditoria, aquilo que disse é verdade, o Relatório de Auditoria está feito, não tem lá nenhuma coisa para esconder porque o Relatório de Auditoria, é esse precisamente, o levantamento dos problemas, da análise de vários processos, para depois se fazer o estudo que tem estado a ser feito. O estudo ainda não está concluído, o Relatório de Auditoria está feito e a partir desse Relatório de Auditoria, fez - se um estudo de melhoria constante dos serviços.

Tem havido reuniões entre a empresa que tem estado a trabalhar connosco, que se chama Kaisen, entre a empresa e os nossos técnicos tem estado a ser feito um estudo, para melhoria de procedimentos e de encurtar processos também, de forma a que as coisas possam ser mais celebres, é nesse sentido que temos estado a trabalhar.

Mas tenho de facto disponível, já o podia ter trazido, se calhar, já o devia ter trazido, confesso que sim e dou-lhe razão nesse aspeto. Não tinha inconveniente nenhum, ao contrário do que quis insinuar, essa parte aí, permite-me discordar de facto dessa forma como foi dito.”

Ana Batista (Secretária da União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel): “Em relação à Cratoliva, quero alertar aqui que temos que aprender com os erros também do passado, e com a Fabrióleo.

Em caso de cessação da empresa, é emergente tirar tudo o que está naqueles depósitos, é um cheiro nauseabundo a bagaço podre, quando passamos na Nacional 3. Os depósitos estão cheios, ainda hoje estava um camião a descarregar mais bagaço para aqueles depósitos. Se aquilo romper vai entrar na Nacional 3, se por algum motivo estiver mal- condicionado podemos comprometer a segurança de todos, é uma estrada muito importante, é um eixo que circulam lá milhares de carros por dia. E em termos de saúde pública, não sei que tipo de mosquitos é que advêm da presença daquele bagaço, ali estagnado durante meses, anos. Se a ação for cessar a fábrica, então que se limpe tudo em condições, para que não tenhamos que viver com maus cheiros e outros problemas que daí possam advir.”

André Valentim: “Sr. Vereador, relativamente aos relatórios das ARU’s, compreendo que a prioridade será informar processos de licenciamento urbanístico, confesso que acho que a população de Torres Novas também não tem notado essa prioridade, mas estamos perante algo que, há sete anos, é uma obrigatoriedade do município e não foi feito.

Portanto, nós para avaliarmos se algo está a correr bem ou mal, ou para percebermos se está a correr bem ou mal, precisamos de avaliar. Acho que isso é importante, até porque para além dos benefícios fiscais, e isto já foi colocado aqui várias vezes à consideração, gostaria de ter uma listagem do número de imóveis que foram reabilitados, concretos e isso nesse relatório devia de vir. Gostaria de ter uma listagem dos imóveis cuja majoração dos IMI em 30%, vai ser votada daqui a pouco, quantos foram, onde foram e o que é que aconteceu a essas situações, se a nossa estratégia está a resultar ou não.

Por isso, é importante e agradeço que faça o esforço, que alguém consiga fazer esse relatório. Essa gestão das ARU’s, internamente, está na Divisão de Gestão Urbanística, não está noutra Departamento qualquer?

Vice-Presidente: “Está com a Arquiteta Ana Freitas, tem o Centro Histórico, desde que foram criadas as ARU’s.”

André Valentim: “Relativamente à questão da Cratoliva, é importante concretizar essas medidas, porque ainda ao dia de hoje, se estavam a promover trabalhos na Cratoliva, não sei se do conhecimento do município ou não, mas penso que estava a ser colocada uma chaminé, em substituição de uma daquelas que lá estavam. Relembro que, se é para cessar ou para fazer qualquer trabalho, o município deverá ser alertado para essa situação.

Relativamente à requalificação da Escola Artur Gonçalves, ainda não recebo, infelizmente, contactos diretos de membros do Governo e, como tal, daí questionar.

Esclareça só aqui uma questão, falou que temos o projeto de execução feito, é isso? Que foi feito internamente ou externamente? Nós, há uns dois anos, apresentamos a concurso um processo de conceção, corrija-me se estiver enganado, do projeto, desistimos da conceção do projeto? Houve duas fases, foi lançado um concurso para o projeto, que foi cancelado porque havia a indicação que tínhamos um projeto de conceção/ construção, portanto, o primeiro foi declarado caducado e vamos para o processo de conceção/ construção, que foi este último no valor dos 16 milhões mais Iva, que também não serve? Não, foi ao contrário, primeiro foi o processo de conceção do projeto, não nos servia porque

tínhamos que passar a um nível diferente de prioridade, conceção/ construção, esse processo de concessão/construção que era o que estava a decorrer, agora também não nos serve... A minha questão é, em que fase é que foi adjudicado ou em que procedimento administrativo é que foi adjudicado o processo de conceção do projeto, que já está apresentado ao Tribunal de Contas. Só para ficar claro, onde é que foi feito e quem é que fez esse projeto, mas certamente poderá disponibilizar essa informação numa fase posterior, só para clarificarmos aqui a situação.

Relativamente à Avenida João Paulo II, que segundo o Sr. Presidente, vai passar a estar concessionada pela Infraestruturas de Portugal, certo? A minha questão é, a Lei de concessão das estradas nacionais é a Lei 34/2015, se não me engano, a empreitada foi em 2017, com problemas já identificados também por entidades externas, portanto, nós em 2017 executamos uma obra num troço que questiono, era da nossa jurisdição ou não? Porque a Lei 34/2015, de há oito anos para cá não sei se foi alterada, mas da pequena avaliação que fiz não foi, portanto, nós intervencionamos no domínio das Infraestruturas, não sei se houve algum acordo ou não? E isso leva-nos aqui a uma segunda questão, que tem a ver com o relatório que foi feito há relativamente pouco tempo, por causa do estado de conservação daquela estrada. Já à data da receção provisória e definitiva da obra havia claramente deficiências no pavimento, está à vista de toda a gente, de todos aqueles que passam. Parece que houve aí um relatório, fruto de uma reclamação de uma empreiteira a quem estávamos a tentar imputar os custos de reparação e parece que o problema foi de projeto, que houve deficiências ao nível do projeto porque não foi dimensionado de acordo com as características da via.

Venho buscar isto porquê? Porque tem sido recorrente nós fazermos projetos de rede viária, sem que seja acompanhado dos estudos adequados, nomeadamente, ao nível geotécnico e ao nível do volume de tráfego. A situação que está a acontecer na rotunda do Shopping e em mais duas ou três situações, são situações de volume significativo de tráfego de pesados dá origem àquilo. E isto não foi acautelado em várias situações, nós alertamos na Avenida Loureiro da Rosa na Zibreira, foi feito um projeto e não foi feito o estudo da rede viária também. Esperemos que isso não aconteça e agradeço que esclareça se, de 2017 para cá, houve alguma alteração na gestão daquele troço porque, parece-me, que é da competência da Infraestruturas, mas nós assumimos essa situação, e gostaria de esclarecer isso. “

Presidente da Câmara Municipal: “Esclareço já, neste momento, ainda não está sobre a jurisdição da Infraestruturas de Portugal, o Auto ainda não foi feito, mas vai ser. No dia 10 deste mês, é um dos assuntos que também vai ser abordado. Tem que ser assinado um Auto entre as duas partes e passa para as infraestruturas de Portugal. Vão repor uma parte que, eventualmente, precisa de reparação.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES

(NºS 3, 4, 5/ 2024)

Foram presentes, para apreciação e eventual aprovação, as atas nºs 3, 4, 5/ 2024, das sessões realizadas em 11/06/2024, 27/06/2024, 24/07/2024, respetivamente.

Submetidas as atas a votação, foram as mesmas aprovadas, por maioria:

- Ata n.º 3/2024, com vinte e dois votos a favor e oito abstenções (Rui Alves Vieira, João Perdigão, Elsa Paixão, Rui Nunes, Luís Paulo, Ana Catarina Craveiro, Isabel Correia e Beatriz Carvalho).

- Ata n.º 4/2024, com vinte e três votos a favor e sete abstenções (Luís Paulo, Elsa Paixão, João Perdigão, Roberto Barata, Cristina Tomé, Ana Catarina Craveiro, Isabel Correia).

- Ata n.º 5/2024, com vinte e dois votos a favor e oito abstenções (Luís Paulo, Ana Catarina Craveiro, Isabel Correia, Paulo Ganhão, Elsa Paixão, Rui Nunes, João Perdigão, Cristina Tomé). -----

1ª Secretária: “Passávamos agora ao ponto 2. que é a apreciação e votação das propostas da Câmara Municipal, de fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis no concelho de Torres Novas, a aplicar em 2025 e a prorrogação da isenção do IMI aplicável a prédios urbanos, de acordo com o artigo 46º, nº 5 do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Este ponto encerra em si mesmo duas votações e, como aconteceu na reunião da Câmara, serão feitas duas votações, a primeira para apreciação e votação das propostas da Câmara que diz respeito à fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis e a segunda parte deste ponto que diz respeito à prorrogação da taxa do IMI aplicável a prédios urbanos.

Chamo também a atenção, à semelhança de sessões anteriores sobre esta matéria, que nos termos do artigo 25º da Lei nº 75/2013, quer do artigo nº 2 do Regimento desta Assembleia,

podem existir propostas alternativas e temos, neste momento, já uma apresentada pelo Bloco de Esquerda. Portanto, todas as forças políticas podem apresentar propostas alternativas que serão aqui votadas, individualmente.” -----

8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL, DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS NO CONCELHO DE TORRES NOVAS, A APLICAR EM 2025, E PRORROGAÇÃO DA ISENÇÃO DO IMI APLICÁVEL A PRÉDIOS URBANOS (Nº 5, ARTIGO 46º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS)

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 11.09.2024 (Anexo 1).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Presidente da Câmara Municipal: “Por ser uma reunião pública e acho que as reuniões públicas têm realmente esta particularidade importante, espero que as pessoas, a população, tire partido disso para ficar um pouco mais esclarecida.

Relembrar que a taxa máxima é de 0,45 e continua a ser, neste momento, o 0,36, proposto por nós, a ser a taxa mais baixa de sempre no município. E ainda com uma particularidade, que é com a redução atendendo ao número de dependentes que existem em cada família, por um dependente, menos 30€, dois dependentes 70€três ou mais dependentes 140 €. Só lembrar que em 2023 esta redução representou, a Câmara deixou de arrecadar cerca de 150.000€, fê-lo a favor das famílias e muito bem.

O IMI tem o segundo maior impacto nas receitas correntes, com muita influência, obviamente, na autonomia financeira, que tantas vezes em reuniões de Câmara e em Assembleia Municipal também já tem sido, procuram sempre valorizar a autonomia financeira da Câmara, que ainda não conseguimos atingir como já tivemos, ainda nos falta umas percentagens, umas migalhas, para chegar à autonomia financeira, que representa 0,50. É uma subida gradual, com muita cautela, porque finanças são finanças e o equilíbrio é sempre importante.

Se aplicássemos a taxa máxima, acho que também é importante refletirmos sobre isto, de 0,45, poderia o município arrecadar cerca de 6.716.000€. Deixará o município de arrecadar, sendo de 0,36, não levando à taxa máxima, estamos a bonificar a população dentro das

possibilidades do município, em 1.343.000€, que a Câmara não está a arrecadar por aplicar 0,36 e não 0,45.

Por outro lado, o discurso é sempre muito fácil e agradável de ouvir, temos que pensar, obviamente que sim, nas famílias e nas despesas que já têm e aliviar, mas as famílias também pedem e exigem, com todo o direito, coisas. Exigem estradas, como temos aqui falado, exigem transportes, exigem boas escolas e exigem o que têm direito, mas para isso é preciso dinheiro e é preciso haver formas de investimento.

Os dados tirados ao dia de hoje, em termos de investimentos, para terem uma noção que é importante frisar, em termos de Despesas de Capital, empreitadas já em curso temos 18 empreitadas no valor de 10.909.000€; em termos de empreitadas preparadas para lançar, com projetos feitos, temos 7, no valor de 9.749.000€; empreitadas com concurso a decorrer, de um dia para o outro vamos adjudicar, temos 15, no valor de 32.964.000€ em números redondos, que inclui a Escola Artur Gonçalves.

Empreitadas já concluídas em 2024, já nos esquecemos delas, já estão a ser utilizadas, 12 no valor de 1.302.000€, projetos de arquitetura em curso, pagos no exterior, 20, que já atingem montantes de 602.000€. Projetos que estão ainda em concurso, o projeto de reabilitação do Mercado Municipal, e o do Palácio dos Desportos, como sabem tem lacunas com alguma gravidade e em reunião de Câmara foi de consenso lançarmos, pelo menos, um projeto preparado para Fundos Comunitários ou de outra forma.

Importante também lembrar que, em 2018, a Câmara e a nossa Assembleia Municipal, deliberaram a suspensão do PAEL, lembram-se de maus tempos quando levou ao PAEL, bons tempos, a suspensão do PAEL, quando conseguimos adquirir uma estabilidade financeira, com pagamentos em dia e até viemos designados como um dos melhores no anuário dos Municípios Portugueses, e com capacidade de endividamento.

Relembrar ainda que 1% da receita dos Prédios Urbanos constitui receita das Freguesias, portanto, as freguesias também têm uma pequena parte destes 0,36, e se reduzirmos os 0,36 obviamente, que também são prejudicadas.

O que se propõe, a exemplo de anos anteriores, é a penalização para os prédios abandonados, para os prédios que estão em ruínas e, portanto, uma taxa elevada ao triplo dos imóveis em ruínas.

Anuímos também, sobre proposta do PSD, na medida social proposta de uma prorrogação por mais dois anos da isenção do IMI aplicável a prédios urbanos, cujo valor patrimonial não exceda os 125.000€. Achamos que era razoável, não estávamos também a contar com

esse valor, nem sabíamos ao pormenor o que é que isso representaria, mas achamos que era razoável concordar.

Finalmente e porque exprime valores muito expressivos, não esquecer que há medidas também sociais em que as famílias acabam por ter uma redução nos custos, pagavam transportes, são gratuitos neste momento. É a grande medida que sai muito cara, mas socialmente é muito importante, atinge perto de 500.000€, a gratuitidade dos TUT, em viaturas elétricas. Já agora, aproveito para dizer que começou hoje a viatura elétrica para a nova linha de Riachos/ Torres Novas, dirigido à Estação dos Caminhos de Ferro e que está a ser muito utilizada. Para lá de outras medidas, das possíveis, através de uma gestão financeira equilibrada.”

Roberto Barata: “Na semana passada assistimos a várias manifestações pelo direito à habitação, em 22 cidades deste país. Diziam, com a voz de quem se sente abandonado, “Estamos fartos de escolher: pagar a renda ou comer”.

Ao mesmo tempo, assistimos a uma significativa descida dos juros, que terá claramente um impacto positivo no crédito à habitação das pessoas. Mas, não nos enganemos, vêm aí momentos difíceis e o abrandamento da economia chegou.

No entanto, relativamente à solução e como se enfrentam estas dificuldades, é aí que discordamos, fundamentalmente, deste Partido Socialista. Ao longo dos anos, têm vindo aqui discutir vários cenários macroeconómicos, muitos floreados, mas falam muito pouco da qualidade de vida das pessoas e recorrem, recorrentemente, a táticas de distração, para não lhes chamar outra coisa.

Um pequeno parêntese, mais uma vez, recebemos os documentos com três taxas diferentes de IMI, aquilo que o PS vai aqui aprovar hoje, com certeza, mais 0,01% acima e abaixo. Pouco democrático, digo eu.

Na declaração de voto do Sr. Presidente da CM, que voltou a repetir aqui hoje, relativamente à proposta do PS de não baixar os 0,36%, refere, e referiu hoje, que o município, ao não aplicar a taxa máxima do IMI, abdica de verba. Que bela tática de distração, num município com graves problemas de envelhecimento e perda de população; numa região onde muitos municípios já aplicam a taxa mínima de 0,30%.

Pergunto, consegue este executivo explicar aos torrejanos e torrejanas, a verba da qual não abdica por não querer aplicar a taxa mínima do IMI, de 0,30%? Consegue, também,

explicar quanta população espera perder mantendo esta política de não querer reter ou atrair população?

Faço-lhe mais outra pergunta, Sr. Presidente: consegue dizer-nos quanto é que esta CM não quer abdicar por não baixar de 0,36% para 0,35%, por exemplo?

Está no documento, mas, assim, tem uma oportunidade para explicar ao povo quando custa esta política. Dito de outra forma, diga-nos a troco de quanto se mantém a vossa escolha para nem sequer aceitar baixar o IMI e, talvez, assim, fique exposto a frieza e falta de consciência social da vossa escolha.

Este é, sem dúvida, um imposto importante para as contas do município, que tem arrecadado cada vez mais, com uma política de habitação que continua sem sair do papel e onde as poucas obras que se fizeram tardam em acabar. Do que, realmente, se trata aqui é de uma escolha dogmática feita por um partido que está descaracterizado neste município e se esquece da sua génese socialista.

Porque esta região tem um problema geracional para resolver, de população e da sua sobrevivência para o futuro, porque os contribuintes, cada vez mais, precisam de políticas estratégicas para resolver os seus problemas, o BE apresenta a sua proposta, que passo a ler e agradecemos que seja colocada à votação:

«Considerando que:

A receita do IMI tem vindo a aumentar apesar da redução da mesma;

Em 2024, foi aplicada uma taxa de IMI de 0,36% que deverá representar uma receita de mais de 5 milhões de euros, valor recorde no município;

Poderá ser realizado o aumento das receitas através da aplicação de taxas de IMI diferenciadas, como previsto na Lei, no Artigo 112º do Código do IMI, no que respeita a majorações sobre prédios devolutos, em ruínas, degradados ou que façam perigar a segurança de pessoas e bens.

As possibilidades de majoração das taxas de IMI, previstas no respetivo Código nunca foram devidamente aplicadas neste concelho, não havendo informação sobre esta matéria no documento dos serviços que ajude a decisões fundamentadas.

Sabendo também que a sociedade está a enfrentar uma crise habitacional e de rendimentos, com efeitos graves nas famílias torrejanas, devendo o município agir de acordo com o momento extraordinário que vivemos.

Estão, assim, reunidas as condições para a redução significativa da taxa de IMI.

O BE propõe a aplicação de uma taxa de IMI de 0,30% e a majoração de 30% conforme o nº 8 do artigo 112º do Código do IMI.”

Luzia Serigado: “Tal como o ano passado e há dois anos, o Movimento Pela Nossa Terra é favorável à descida da taxa do IMI nos prédios urbanos para 0,35%, pelas mesmas razões que apresentamos então: Porque se daria um sinal claro na captação de investimento privado e de competitividade face aos conselhos limítrofes, e não só.

Porque se traduziria num apelo público à tão desejada e necessária fixação dos nossos jovens por cá. Porque nos parece que daí não viria um mal extraordinário ou crise orçamental para o executivo do município e, por isso mesmo, mais se deixaria ficar o dinheiro no bolso dos contribuintes. Quanto às outras taxas e apesar de estarmos de acordo, a primeira, a majoração da taxa dos prédios em ruínas o triplo da taxa aplicável, a segunda, a redução da taxa do IMI atendendo ao número de dependentes, não iremos votar favoravelmente.”

Cristina Tomé: “Mais uma vez, à semelhança de anos anteriores, a CDU volta a propor que a taxa de IMI a aplicar se situe no seu valor mínimo, ou seja, 0,30%, é essa a proposta que fazemos à Mesa, 0,30%.

Voltamos a afirmar que esta posição da CDU se justifica por entendermos que o município não pode fazer depender a sua estabilidade financeira do constante sacrifício das famílias do nosso concelho.

O executivo deve sim fazer uso de uma correta e coerente gestão municipal aliviando, assim, os munícipes de uma carga fiscal enorme e desadequada à realidade.

Realidade esta que se tem vindo a agravar com o constante aumento de preços dos bens essenciais, a um ritmo muito superior ao da inflação, em que as famílias se deparam com um dia a dia insuportável e em que os aumentos das taxas de juro dos empréstimos para habitação, geram situações de grande dificuldade, ao contrário dos salários e pensões, que não aumentam na mesma ordem de grandeza.

Perante este duro cenário, o que se esperava é que a Câmara manifestasse alguma sensibilidade e propusesse para 2025 uma taxa de IMI correspondente ao seu valor mínimo legal, ou seja, 0,30%.

Por tudo isto, e tendo em conta as verdadeiras necessidades da população, e essas sim são valiosas e devem estar no início da nossa discussão, a CDU vota contra a proposta

apresentada pela Câmara, e propõe que a taxa se situe no seu valor mínimo, ou seja, em 0,30%.”

André Valentim: “Todos nós sentimos a enorme carga fiscal a que estamos sujeitos. Para além do Estado Central beneficiar desta elevada carga fiscal, também o município tem beneficiado deste aumento, sem que na prática tenhamos sentido qualquer melhoria no nosso dia a dia. Como são exemplos as estradas cada vez mais degradadas, com serviços de limpeza de ruas mais deficitários, com a falta de investimento e concretização de políticas de habitação em todo o concelho e não só na cidade de Torres Novas. Com algumas das nossas escolas a atingirem níveis de ocupação elevadíssimos, com todos os problemas que daí advêm, com serviços municipais, como o urbanismo, que tardam em proceder a alterações substanciais na sua organização e que continuam a atrasar a concretização dos projetos das famílias e empresas.

Fazendo fé nos documentos contabilísticos fornecidos pelo Município, o equilíbrio orçamental não estará em risco, e por isso damos os parabéns, pelo que uma descida significativa do IMI é possível.

Sabemos que é mais fácil manter uma carga fiscal elevada do que criar riqueza, sabemos que é mais fácil continuar a criar mais cargos intermédios de chefias, burocratizando em vez de desburocratizar, do que tornar a gestão do município mais eficiente. Mas esse é o modus operandi deste executivo, refugiando-se na defesa do equilíbrio orçamental, preferindo manter os impostos, indo contra o IMI bem afastado dos mínimos previstos na lei. O PSD sempre foi apologista, votando favoravelmente em anos transatos em algumas das taxas propostas pelo PS, na perspetiva que essas mais valias se refletissem no aumento dos apoios às associações, coletividades e IPSS, mas fruto da incapacidade de utilizar adequadamente os fundos provenientes do IMI, apenas nos resta votar contra a proposta deste executivo, à semelhança do que fizemos o ano passado.

Em anos em que provavelmente tivemos as maiores taxas de inflação, que muitos de nós sofremos na pele, o apelo que foi feito ao Partido Socialista para aliviar os munícipes torrejanos através da diminuição da taxa de IMI, caiu em saco roto mais uma vez.

No distrito de Leiria, bem aqui ao lado, em 16 municípios, 13 aplicam a taxa mínima, no distrito de Santarém são 5 municípios. Outros conseguem e nós não conseguimos porquê? Não conseguimos, porque em vez de promover uma maior eficiência nos serviços municipais, optámos por promover sucessivas alterações ao mapa de pessoal.

Não conseguimos, porque em vez de trabalhar para aplicar a majoração dos edifícios degradados aprovada em 30%, não conseguimos, nem temos dados que nos permitam avaliar isso, por inércia dos serviços.

Não conseguimos, porque em vez de concluirmos a revisão do nosso PDM e de outros instrumentos de planeamento, de modo a possibilitar a implantação de novas empresas no nosso concelho, que criem mais riqueza, que paguem mais impostos no nosso concelho, deixamos que outros aproveitem as oportunidades.

Não conseguimos, porque não conseguimos implementar as medidas de melhoria no Urbanismo que conduzam à aprovação dos projetos de uma forma mais célere, e consequentemente, que haja mais contribuintes a pagar IMI;

Não conseguimos, porque a gestão é feita de opções e porque gastamos quase dois milhões de euros na ampliação das piscinas municipais, num projeto que em muito pouco irá melhorar a vida dos torrejanos e dos utilizadores das mesmas;

Não conseguimos porque, fruto de uma inadequada intervenção no leito do rio promovida pela Câmara Municipal em tempos idos, nos arriscamos, para além dos custos de reparação de um muro e anexos na margem do rio em mais de meio milhão de euros, a pagar ainda uma indemnização que pode ir a cerca de 1.300 mil euros.

Isto são atos de gestão, são atos de escolhas que devemos fazer.

Assim, o PSD irá apresentar a sua proposta que agradeço seja considerada, em consonância com a proposta do vereador do PSD, apresentamos a votação uma proposta de taxa mínima de IMI no valor de 0.30% para os prédios urbanos, bem como, a aplicação do IMI familiar nos moldes apresentados também em reunião da Câmara: um dependente, uma redução de 30€, dois dependentes, uma redução de 70€ e três ou mais dependentes, uma redução de 140€. Propomos ainda que seja apresentada, uma redução em 20% para imóveis arrendados em todas as freguesias rurais do concelho, bem como, do centro histórico de Torres Novas. Apresentamos ainda, tal e qual como foi aprovado em reunião de Câmara, que seja aprovada uma prorrogação por mais 2 anos, da isenção do IMI aplicável a prédios urbanos cujo valor patrimonial tributário não exceda 125.000€.”

Francisco Dinis: “Como é natural, todos desejamos que haja uma menor taxa possível a aplicar e é um caminho assumido e que temos vindo a fazer e com consequências muito positivas para os torrejanos, basta recordar que, no ano passado, aqui aprovamos a taxa mais baixa taxa de sempre aplicada no concelho de Torres Novas. Reconhecemos os que

sempre reivindicaram o mesmo, não nos revemos, até porque implicaria uma reorganização totalmente diferente daquela que queremos adequada, mas respeitamos, não nos podemos, no entanto, rever, nos que um dia defendem uma coisa, outro dia defendem outra. É uma vontade que varia conforme dá jeito e que reflete a irresponsabilidade total até nas votações das diferentes taxas, como se tudo fosse possível e onde apenas duas não seriam possíveis, aprovar algo proposto pelo PS e encontrar a coerência.

E se, pelo país há tanto quem afirme que o PS é despesista, o que dizer de quem propõe de um momento para o outro o agravamento superior a 600.000€.

Em Torres Novas há futuro e há felizmente claros sinais nesse sentido, por isso, dar continuidade aos investimentos, aos apoios também já aqui referidos pelo Sr. Presidente, reduzindo os encargos de forma sustentada das pessoas, satisfazendo as suas necessidades, é algo que se continuará a fazer incondicionalmente nos próximos anos. E o que não seria das afirmações quanto ao populismo, caso não se tivesse reduzido anteriormente e apenas o fizéssemos agora. Não viemos aqui apresentar aventureirismos irresponsáveis, que levariam ao desastre financeiro repentino. Não viemos aqui com propostas populistas para dizer lá fora que a culpa é dos outros e que nós é que somos os bons. Não viemos aqui com propostas demagogas apenas para, supostamente, ficar bem na fotografia, pois sabemos que há do outro lado quem faça o que tem de ser feito. Viemos aqui convictos na estratégia traçada e manter a mais baixa taxa de IMI já vista no nosso concelho. Sim, nós fazemos o que tem de ser feito, com responsabilidade, com competência, com estabilidade. Continuaremos o caminho da melhoria da qualidade da vida dos torrejanos e baixaremos, ainda mais no futuro, de forma gradual e sustentada. Até porque, se assim não fosse, como todos sabemos, quem pagava a fatura no final do dia eram os torrejanos.”

Armando Rodrigues: “Esta noite, estamos a ter a oportunidade de analisar e debater as diferentes propostas apresentadas pelas forças políticas em relação, nomeadamente, a estas três taxas a aplicar a impostos.

Estes impostos fazem parte integrante da rubrica “Impostos Diretos” e, conseqüentemente, das Receitas Correntes do Município para o próximo ano de 2025.

Todos temos a noção que na nossa sociedade os impostos cobrados constituem um valor fundamental e inalienável, devendo-se cumprir pelo menos dois objetivos, a redistribuição dos rendimentos e o financiamento da atividade do estado.

Temos a noção que nem sempre esta questão dos impostos se encontra bem explicada, mas não podemos esquecer que há uma cidadania fiscal, muitas das vezes inadequadamente compreendida, opaca e até historicamente duvidosa. Mas chamo aqui, particularmente, a atenção de alguns deputados, principalmente o PSD, de algumas considerações que vou trazer no dia de hoje, mas também alargada às outras bancadas.

No caderno de Economia do Expresso, no passado dia 2 de agosto de 2024, há um excelente artigo de opinião que recomendo vivamente a respetiva leitura, da Dra. Manuela Ferreira Leite, cujo título é “O valor de decidir”. A antiga presidente do PSD, reputada economista, referia “os impostos, seja qual for a sua incidência, rendimentos ou despesas, provocam uma instintiva e generalizada repulsa por parte dos contribuintes. Assim, reduzir impostos é sempre sentido como um benefício, uma decisão acertada e, nessa medida, é um poderoso instrumento de política, não só económica como social, pela capacidade de, com a política fiscal, impulsionar ou condicionar o comportamento das pessoas.”

Assinalava ainda esta ex. Ministra das Finanças, e muito bem na minha opinião, que “...há importantes decisões que podem corroer por dentro as contas... por isso o que é verdadeiramente essencial é que não se tomem decisões com repercussões financeiras, que fragilizem todo o sistema”.

A este propósito, o nosso Presidente Pedro Ferreira deixou-nos uma chamada de atenção, na reunião ordinária da Câmara Municipal do passado dia 11 de setembro, a qual deveria ser escutada e ponderada por todos e que passo a citar: “...o município, sob risco de comprometer o percurso da estabilidade financeira que tem assegurado há 3 mandatos, deverá ter especial cuidado no tocante às receitas correntes, como única forma de continuar a não ter pagamentos em atraso.”

Obviamente, que a liberdade permite duvidar desta frase do nosso Presidente, mas quem leu com atenção, de certeza absoluta, pode complementar na página 4 do documento que esta noite está aqui a ser objeto de análise, que é elaborado pelo Departamento Administrativo e Financeiro, que nos diz o seguinte: “... a receita tem uma evolução muito inferior ao da despesa, sendo por isso um alerta e um dado muito importante nos diferentes momentos de tomada de decisão no que concerne à receita e à respetiva despesa, quando está dependente da autarquia”. E, no caso concreto, está dependente de todos nós, e penso que toda a gente terá lido este relatório para sustentar as propostas apresentadas no dia de hoje. A natureza técnica, habilitada e isenta dos serviços deverá ser realçada e valorada

pelos diferentes decisores políticos, pensando no futuro do nosso concelho e das suas populações.

Porque, tal como o Francisco Dinis há pouco aqui disse, mais tarde ou mais cedo, quem vai pagar a fatura vão ser os contribuintes, toda a população e, portanto, é preciso terem conhecimento da realidade do teor das propostas e da sustentabilidade das mesmas.

Suportado nestas mesmas considerações, o Partido Socialista está e estará sempre disponível para analisar os cálculos efetuados e a coerência dos fundamentos económicos e financeiros apresentados. Para acompanhar as propostas de redução da fiscalidade aqui em discussão, nomeadamente, as apresentadas pela oposição, que se destaca: a redução da taxa de IMI de 0,36 % para 0,30 %, o ajustamento da Derrama ou a diminuição da participação variável sobre o IRS.

Infelizmente, esta noite só vimos aqui um foco, a redução imediata das receitas, sem percebermos ou quantificarmos os impactos dessas medidas na vida da autarquia e sem levar em consideração a informação habilitada transmitida pelos serviços.

As nossas contas e as nossas projeções, suportadas na informação que nos foi disponibilizada, são similares aos cenários elaborados pelo Departamento Administrativo e Financeiro. Surge-nos, de imediato, a dúvida, haverá sustentabilidade e racionalidade nos números e nas propostas apresentadas?

Percebemos até que há pessoas ou grupos, que ainda não conseguiram perceber ainda o impacto que isto tem nas contas do município, em termos do ano 2025.

E olhando para 2023, devem-se recordar também do teor das propostas que foram efetuadas naquele mesmo ano, ainda ninguém falou das consequências que teria, à data de hoje, se tivéssemos adotado as mesmas. Por exemplo, ao nível do equilíbrio orçamental que está explicitado na página 4, não vi qualquer tipo de referência.

Portanto, a questão que se coloca aqui, claramente, para todos nós é se, com base nessa proposta de redução de fiscalidade, o município vai manter o cumprimento do regime financeiro das autarquias locais, se vai cumprir com a estabilidade orçamental e a independência financeira da autarquia.

E acho *sui generis* quando, em determinados momentos, certas forças políticas vêm aqui identificar a fragilidade de alguns destes indicadores e, depois, contribuem objetivamente com as suas propostas, para que eles ainda fiquem mais fragilizados. Portanto, não vejo coerência nem racionalidade e estava na expectativa de que, hoje, fizessem a apresentação dessa mesma racionalidade, que é uma racionalidade matemática.

Obviamente, que é desejo transversal e compreensível de todas as bancadas aqui representadas, aliviar o orçamento familiar dos nossos munícipes. Porém, no nosso ponto de vista, este anseio natural não pode colidir com a estabilidade financeira do município. Não podemos correr o risco de despoletar mecanismos de alerta precoce de desvios, porque sabem quais são as implicações disso? Não ouvi ninguém falar acerca disso.

Na página 5. da informação interna diz que se nós não cumprirmos, vai haver sanções, mas ninguém parece estar preocupado que isso aconteça, não há responsabilidade. Houve uma altura em que toda a gente tinha Mários Centenos, queria ter contas certas, hoje não, hoje é gastar.

O Professor Cavaco Silva publicou, no Jornal Público, um artigo de opinião onde explicava a equação da restrição orçamental em termos muito simplistas, aquilo que o nosso ex-Presidente da República, ex-Primeiro-Ministro e ex-Ministro das Finanças lembrou a uns quantos esquecidos, que “a redução das receitas do Estado impõe que se baixem as despesas em igual montante, ou então vamos ter de aumentar a nossa dívida”. E como nós ouvimos aqui todos hoje, há imensos projetos a serem concretizados, mais de 20 milhões referidos pelo nosso Presidente, mas a oposição também quer ainda mais investimento. De acordo com esta equação da restrição orçamental simplista apresentada pelo professor Cavaco Silva, só gera uma coisa: déficite. Não ouvi ninguém falar nisto, porque parece ser muito simples, mas não é, pelo menos para aqueles que sabem do que é que se está a falar, para os outros é tudo muito fácil.

É bom que fique bem explícito que não temos qualquer espécie de condicionalismo ideológico ou algum prazer maquiavélico em defender a cobrança de mais impostos junto dos nossos munícipes. Fácil e perigoso em democracia, é criar toda uma retórica, toda uma mistificação em que se defende baixar a carga fiscal para níveis insustentáveis e desequilibrados, colocando em risco as funções exercidas pelo nosso Município.

Enquanto decisores políticos, temos que ser conscientes e consistentes, entendemos que temos de continuar a manter uma atitude de prudência, responsabilidade e de exemplo perante os outros. Como já se provou no passado, os facilismos do momento, os populismos de ocasião ou os oportunismos demagógicos, trazem geralmente consequências inesperadas, nefastas e muitas das vezes difíceis de corrigir.

Agora, eu compreendo o que vai na alma de muitos, é que nos aproximamos rapidamente das eleições autárquicas, é natural que apareçam alguns discursos populistas. Como dizia o professor João Duque, presidente do Instituto Superior de Economia e Gestão, de forma

muito caricatural, na coluna de opinião no Expresso dizia ele que “emergem das profundezas da imaginação humana as denominadas propostas de felicidade”. O que significa, segundo o professor João Duque, as propostas apresentadas aos eleitores “Só percebidas por uns quantos eleitos, seres superiores que olham para estas equações menores que emperram as mentes dos “merceeiros”, nas quais eu me incluo”. Esta frase é na realidade avassaladora e deveria ser interiorizada por muitos dos nossos deputados que aqui estão.

Neste momento, seria politicamente muito mais confortável diminuir as taxas a aplicar aos 3 impostos, mas seria economicamente e financeiramente irresponsável, e desastroso se adotássemos essa postura, iriam acusar-nos de eleitoralismo. A este propósito, se houvesse calculismo na tomada de decisões próximo dos atos eleitorais, o Partido Socialista só agora propunha a redução da taxa de IMI de 0,37 % para 0,36 %, quando já foi efetuada em 2023. Terminando esta breve explanação, porque alguns parece que não conseguem perceber a dimensão, faço aqui a pergunta que é a seguinte, só ouvi mais serviços públicos, mais funcionários públicos, mais depressa, menos impostos, mais dívida, mais estado, onde é que vão buscar o dinheiro?

O Bloco de Esquerda, há pouco, não sabia qual era o impacto da proposta, vou-lhe dizer, basta fazer as contas, são cerca de 700.000€. Pelo menos e contrariamente àquilo que tinham transmitido, analisando aqui a página, é uma questão de consulta de informação, na página 8. toda essa informação está lá explicitada, basta fazer as contas.

Além disso, é também particularmente relevante, verificar-se que há uma diferença entre as receitas expectáveis e aquelas que são, na realidade, obtidas por parte do município, e aí também os serviços apresentam a informação na página 6., de que há uma tendência na taxa de execução de diminuição significativa. Por exemplo, no ano de 2023, a taxa de arrecadação da receita do IMI foi de 87%, sendo um ciclo descendente nos últimos anos. Portanto, a informação encontra-se aqui, é uma questão apenas de a consultar.”

Cristina Tomé: “Vou ser muito rápida, apenas tentar esclarecer que, pelos vistos, há muita incompreensão. É que não somos todos espertos, ou uns são e outros não. É assim, quero lá saber e desculpem-me o adiantado da hora, o que é que pensa o Cavaco Silva, a Ferreira Leite, não leio o Expresso. Falo com a Maria e com o Manel, que não conseguem pagar nem pôr comida na mesa e que moram no nosso concelho. Com aqueles trabalhadores que todos nós respeitamos, agradecemos e elogiamos e que também têm dificuldades.

Quero lá saber o que é que esta gente, que não tem que contar os trocos diz ou pensa. E até nem leio o Expresso, leio o Avante e aprendo alguma coisa sempre, porque lá fala-se do povo, fala-se das dificuldades. Não tenho que vir aqui com relatórios de cálculos para contrariar os cálculos que os serviços, muito bem, fazem.

Trata-se de opções políticas, ouvi o Sr. Presidente e respeito as escolhas que faz, ouvi-o com atenção. Agora, não gostei da arrogância, que é mais do mesmo. Aqui valemos todos o mesmo, a cadeira é igual. Há que ter respeito e limites.

É possível pagarmos 0,30 de IMI, sim, se tivermos outras opções políticas. E, já agora, não tenho medo nenhum de nada e muito menos do papão. Vamos ter alguma calma e ponderação naquilo que dizemos, porque nem tudo pode ser dito e acho que há gente que está sentada na bancada errada, esperava do Partido Socialista uma postura.

Ouvi o Presidente Pedro Ferreira e percebi, está correto na análise que faz, são as suas opções políticas, tudo bem, nada a apontar. Claro que se a CDU estivesse na Câmara teria outras, como é óbvio. Agora, há respeito mútuo e é isto que tem que continuar a haver nesta Assembleia, o mandato está quase a acabar, mas ainda vamos a tempo.”

Armando Rodrigues: “Só para lhe dar nota de duas coisas, ou três aspetos.

Primeiro, a liberdade foi conquistada no 25 de abril e hoje já se homenageou aqui uma pessoa que eu conhecia particularmente e sei que lutou também como lutou. Portanto, a liberdade pode-se sentir em qualquer lugar, desde o primeiro até ao último.

Permite-me a mim também falar da forma que quero e como quero e quando quero, sei que na Nicarágua, na Venezuela, na Coreia do Norte, não pode ser assim, mas pronto.

Se não leu Expresso, devia ler porque é um jornal já antes do 25 de abril e onde se aprende muita coisa. Mas fico aqui impressionado com a posição, porque nós quando temos factos, quando temos argumentos, quando temos alguém que nos ajuda a pensar fora da caixa, somos maus, tudo é mau. Acho que não e há quem escreva lá, por exemplo, do Partido Livre, há quem escreva lá do Partido Socialista, e ajuda-nos a pensar e a evoluir no nosso fundamento. Mas agora gostaria de perguntar, objetivamente, qual é que é o impacto, por exemplo, num valor patrimonial de um imóvel de 100.000€ que a dona Joaquina que anda aí vai ter no final do ano? Quem tem um valor de meio milhão de euros, que é uma casinha, aí, se calhar, já tem um impacto grande, agora, qual é que é o valor, o impacto, para saber quanto é que isso significa? Mas se estamos a falar de impostos, por exemplo, a taxa de carbono que subiu três vezes nas últimas semanas, só isso é um impacto maior, são cerca

de 6€ por mês a quem ande 15 km por dia, uma família. Portanto, nós quando estamos aqui, devemos estar munidos de informação e não é acusar que os outros são todos maus, não há bons, nem há maus, cada um tem a sua visão, defende, está de acordo ou não está de acordo. É isso que nos trouxe o 25 de abril e não só, o 25 de novembro também.”

Presidente da Câmara Municipal: “Muito rapidamente, dizer ao a Roberto Barata, porque abordou também a questão das rendas e da dificuldade das rendas.

Eventualmente percebi mal, que poderia não estar a ver resposta em Torres Novas, quanto há. Estamos com 12 milhões de euros atribuídos para habitações, na Avenida dos Negréus, no Pedrogão, nas Lapas, na rua da Fábrica, na rua Atriz Virgínia e muitas outras. São rendas dos Programas de Renda Acessível e também outras, até inventadas pela Câmara, como o Programa Grow Up e outros.

Também dizer que, obviamente, há casos sociais graves no nosso concelho, mas já agora, vamos comparar com outros concelhos. Em termos do Médio Tejo, foi notícia recente, saiu na comunicação social, os 70 municípios dentro dos 308 que têm melhor rendimento per capita, Torres Novas está em terceiro lugar, em primeiro lugar, o Entroncamento, segundo, Vila Nova da Barquinha. Vale o que vale, mas também mostra algum equilíbrio, felizmente, da maioria das famílias que vivem por cá, comparativamente dentro das escalas do que se pode comparar em termos do que é social e das dificuldades financeiras. Obviamente, que a Ação Social da Câmara continua a receber muitos casos que precisam de assistência e nos outros concelhos também, é o que temos no país neste momento.”

Submetidas as propostas a votação, obteve-se o seguinte resultado:

- **Proposta do BE:** Rejeitada, por maioria, com sete votos a favor (2 votos do BE, 1 voto da CDU e 4 votos do PSD/CDS) 4 abstenções (MPNT) e vinte e três votos contra dos restantes membros.

- **Proposta do PSD/CDS:** Rejeitada, por maioria, com 5 votos a favor (PSD/CDS e 1 do Presidente da União de Freguesias de Olaia e Paço), 6 abstenções (4 MPNT e 2 do BE) e dezanove votos contra dos restantes membros.

- **Proposta da CDU:** Rejeitada, por maioria, com sete votos a favor (1 da CDU, 2 do BE, 4 do PSD/CDS), 4 abstenções (MPNT) e dezanove votos contra dos restantes membros.

- Propostas da Câmara Municipal:

1 - Aprovada, por maioria, com doze votos contra (4 votos do PSD/CDS e 1 do Presidente da União de Freguesias de Olaia e Paço, 4 abstenções do MPNT, 1 voto da CDU, 2 votos do BE) e dezoito votos a favor dos restantes membros.

2 - Aprovada, por unanimidade.

Assim, a Assembleia Municipal deliberou:

1 - Por maioria, fixar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2025:

- Prédios urbanos: 0,36%.

- Majoração dos prédios em ruínas: o triplo da taxa aplicável.

- Redução da taxa de IMI, atendendo ao número de dependentes.

2 - Por unanimidade, aprovar a prorrogação, por mais 2 anos, da isenção do IMI aplicável a prédios urbanos, cujo valor patrimonial tributário não exceda os 125.000 €, prevista no nº 5 do artigo 46º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

**9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE LANÇAMENTO DE DERRAMAS - TAXAS A APLICAR EM 2025**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 11.09.2024 (Anexo 2).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o lançamento de uma Derrama de 1,5%, bem como, o lançamento de uma Derrama reduzida de 0,01% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€, para o ano de 2025-

**10 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
DE PESSOAS SINGULARES, A APLICAR EM 2025**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 11.09.2024 (Anexo 3).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Luís Paulo: “Tem sido a escolha do executivo socialista, que lidera a Câmara de Torres Novas na última década, a manutenção em 5% da participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, ou seja, de todo o valor de IRS pago pelos torrejanos, o município fica com uma participação de 5%, o máximo que a lei lhe permite.

Estamos a falar de uma receita superior a 1 milhão de euros para os cofres da autarquia, que vai variando com o valor dos rendimentos dos torrejanos e se os mesmos são mais tributados ou não. Sendo que, este ano, houve uma descida do valor recebido relativo a 2022, face ao ano anterior. A única constante tem sido mesmo a percentagem de participação do município. Esta descida do valor recebido não é justificada pelo município, ter abdicado do valor em favor dos cidadãos aqui residentes, que poderiam ter visto o seu valor de IRS a pagar mais reduzido, significando, para muitos, um reembolso maior.

E o município pode fazer muita coisa para que, mesmo com uma percentagem menor, ter mais receita, maior eficiência nos licenciamentos urbanísticos para atração de mais famílias para o nosso território, atração de mais empresas, e empresas de alto valor que consigam pagar melhores salários aos torrejanos.

Mas esta edilidade também pode ser mais eficiente, abdicar do todo ou parte dessa receita em favor das famílias do nosso concelho. Mas, como todos nós, os eleitos e os cidadãos que aqui ou em casa nos acompanham sabem, fazer política implica necessariamente que se façam escolhas entre prioridades, entre políticas, entre formas de governar.

Tem sido a opção do atual executivo pertencer à minoria dos conselhos que não abdicam de parte ou da totalidade da participação variável no IRS.

Na Assembleia Municipal do dia 22 de novembro de 2023, em que votamos esta mesma questão, referi que tinham sido 170 municípios que abdicaram da totalidade ou parte dessa receita em favor dos seus munícipes, referentes ao IRS de 2023 e, tal como nessa data referi, este é um movimento crescente.

No ano passado, foram 180 Assembleias Municipais que, em 308, aprovaram propostas em que a percentagem de participação no IRS dos seus cidadãos não era o máximo permitido por lei, mas aqui em Torres Novas continuamos a marcar passo e, mais uma vez, a maioria que sustenta o executivo camarário nesta Assembleia irá ratificar o valor máximo proposto e não irá diminuir a carga fiscal sobre os torrejanos.

No ano passado, a Coligação Afirmar Torres Novas, propôs a redução nesta participação em um ponto percentual. Este ano, o nosso Vereador propôs uma descida mais ligeira de apenas meio ponto percentual, para 4,5%, proposta que hoje apresentamos e que só irá repercutir na receita em 2026, mas, mesmo assim, não foi suficiente para um aproximar de posições com o Partido Socialista.

O ano passado, a bancada da Coligação Afirmar Torres Novas, votou sozinha contra a percentagem defendida pelo executivo, espero que este ano já não estejamos sozinhos no voto contra esta escolha do executivo. Sei que a aprovação está garantida pelos votos da bancada do Partido Socialista, mas espero que no próximo ano esta Assembleia, com outra composição, delibere de forma diferente do que a decisão que hoje vai tomar.

Costuma-se dizer, em tom de brincadeira, que nada é mais certo na vida do que a morte e os impostos. Se, quanto à primeira parte não podemos fazer nada para contrariá-la, podemos quanto à segunda parte tomar opções, para que seja menor o valor dos impostos cobrados. Não esquecendo a sua importância para o cumprimento das funções e obrigações do Estado, mas dar ao cidadão, na sua liberdade individual, a opção de utilizar o seu rendimento da melhor forma que aprover.”

Mafalda Baptista: “O Movimento Pela Nossa Terra defende, como já explicou o nosso vereador António Rodrigues em reunião de Câmara, que esta taxa é injusta. A participação no IRS devia ser gradualmente reduzida até à sua extinção, como acontece em alguns municípios do país. Compreendemos que o município tenha dificuldade em tomar esta opção e, como disse o nosso colega Armando Rodrigues, o saldo corrente para períodos homólogos, em março, maio e agosto, tem sido substancialmente mais baixo do que nos últimos anos. O Movimento Pela Nossa Terra irá votar contra a proposta da Câmara Municipal.”

- Proposta da Câmara Municipal, de 5%: Aprovada, por maioria, com oito votos contra (4 votos do PSD/CDS, 4 do MPNT) e vinte e dois votos a favor dos restantes membros.

- Proposta do PSD/CDS, de 4,5%: Rejeitada, por maioria, com oito votos a favor (4 votos do PSD/CDS, 4 do MPNT) e vinte e dois votos contra dos restantes membros.

Assim, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, fixar a percentagem de 5% relativamente à participação variável no IRS pretendida pelo município, a aplicar em

2025, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 25º e artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 12/09, na sua redação atual.-----

**11 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE ESTABELECIMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE
PASSAGEM, A APLICAR EM 2025**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 11.09.2024 (Anexo 4).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, fixar o percentual de 0,25% para determinação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar no ano de 2025. -----

**12 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PARA REALIZAÇÃO DE
EVENTOS, REQUERIDA PELA FÁBRICA DA IGREJA DE
STA. EUFÉMIA DE CHANCELARIA**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 21.08.2024 (Anexo 5).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas para a realização de eventos, ao abrigo do disposto no artigo 6º do Regulamento Municipal de Taxas, requerida pela Fábrica da Igreja de Sta. Eufémia de Chancelaria. -----

**13 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PARA REALIZAÇÃO DE
EVENTOS, REQUERIDA PELA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E
RECREATIVA DE ALCORRIOL**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 21.08.2024 (Anexo 6).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas para a realização de eventos, ao abrigo do disposto no artigo 6º do Regulamento Municipal de Taxas, requerida pela Associação Cultural e Recreativa de Alcorriol. -----

**14 - INFORMAÇÕES DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE
A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Acerca deste assunto, foram distribuídas a todos os membros a informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade desta, a informação da situação financeira do Município e a informação dos processos judiciais (Anexo 7).

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**15 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA “RECOMENDAÇÃO PARA A
REALIZAÇÃO DE ANÁLISES À ÁGUA E MONITORIZAÇÃO DO CAUDAL
DO RIO ALMONDA”, APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA**

Foi feita a seguinte apresentação:

Rui Alves Vieira: “Isto é uma recomendação que até está na ordem do dia, hoje passou aqui um filme interessante sobre o “Almonda, um rio com vida”. Vão-se fazendo algumas coisas no rio Almonda, mas há coisas que têm que ser feitas de forma sistemática, um conhecimento científico, estruturado, mais transparente, até ao nível da comunicação daquilo que se passa no rio Almonda. Entendemos apresentar aqui, até antes de saber que o filme ia passar hoje, uma recomendação para a realização de análises e monitorização do caudal do rio.

Mas esse que seja um trabalho sistemático, não é “os peixes morreram, vamos fazer análises”, “a Renova polui, vamos fazer análises”, “ali há uma descarga de um esgoto, vamos fazer análises”, isso assim não serve para nada. Isto é um projeto que se dedica a preparar um futuro ou estarmos preparados para um futuro que não será risonho, tudo indica, no que diz respeito à água e à sua necessidade ecológica e humana. Passarei a ler a recomendação:

Nunca será de mais referir a importância da água para todas as formas de vida, para a manutenção de ecossistemas, para a agricultura, para a indústria, para a regulação do clima e nos mais variados aspetos da vida lúdica e social das nossas comunidades.

Para a comunidade torrejana, o rio Almonda e a sua bacia hidrográfica representam a veia unificadora do nosso território e da sua população.

Não é difícil perceber a importância desse eixo unificador que, ao longo dos seus cerca de 30 km, desde a nascente a noroeste da cidade até à sua foz no Rio Tejo, alimenta indústrias, agricultura, atividades lúdicas e que, com as suas curvas e contracurvas representa, de facto, a alma urbana da cidade de Torres Novas.

No entanto, ao longo dos anos têm sido frequentes situações de crise de maior ou menor gravidade na qualidade das águas do Rio. Estes eventos ocorrem, seja por fenómenos de eutrofização, seja por poluição química ou biológica, diretamente no rio ou nos seus afluentes, ou por uma combinação de vários fatores onde se incluem dramáticas reduções do seu caudal nos meses de verão.

De facto, nos meses de maior stress hídrico, as águas do Rio Almonda nem sequer conseguem chegar ao Rio Tejo e a sua sobre-exploração, representa uma série ameaça para a biodiversidade da Reserva da Biosfera do Paul do Boquilobo. Como, aliás, foi frisado no filme que passou hoje aqui na Biblioteca sobre o rio Almonda. A água não chega ao Tejo há dois meses e, se calhar, só daqui a mais dois meses, ou seja, três ou quatro meses do ano a água do rio Almonda nem sequer chega ao Rio Tejo.

Aqui, mesmo na cidade, o espelho de água da avenida marginal e até à zona do mercado, que todos gostamos de admirar, não resulta da quantidade de água que corre no rio, mas sim da existência de açudes que a represam.

Se não houvesse açudes no rio Almonda, não era um espelho de água que nós víamos na cidade, era um fio de água.

Esses momentos tornam-se, naturalmente, mais visíveis nos meses de reduzida pluviosidade e consequente baixo caudal do rio e normalmente resultam em diversas

dissonâncias e desconfianças dentro da nossa comunidade, sem que os responsáveis políticos consigam transmitir às populações adequados esclarecimentos e confiança para a sua mitigação.

A verdade é que o rio Almonda é um rio extremamente frágil e, neste momento, apresenta grande fragilidade e por isso nós consideramos que é fundamental conhecer em particular esses dois aspetos, a evolução do caudal do rio desde a nascente até à sua foz e as variações da qualidade das águas desde a nascente até à sua foz.

Vivemos tempos de enorme incerteza sobre o futuro da água, não só devido à sua sobre-exploração, mas, concomitantemente, devido às alterações climáticas e consequentes mudanças dos parâmetros de pluviosidade.

Nós precisávamos de conhecer quanta água nasce no rio Almonda, quanta água chega ao Casal da Pinheira, quanta água chega a Lapas, quanta água é que chega a Torres Novas e quanta água chega a Riachos, ninguém sabe. Porque só assim é que conseguimos perceber para onde é que ela vai e, depois, tomar as medidas que consideremos necessárias para mitigar o problema.

Só um reforço do conhecimento, poderá contribuir para uma correta avaliação e mitigação das situações que possam contribuir para as drásticas reduções do caudal e degradação das águas do Rio Almonda.

É neste contexto, que a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal para que promova e lidere uma plataforma com as entidades competentes, nacionais e organizações cívicas locais e regionais, com os seguintes objetivos:

- 1) Análises à qualidade da água desde a nascente até à sua foz, em pontos críticos previamente determinados.
- 2) Medições ao caudal do Rio desde a nascente até à sua foz em locais previamente determinados.
- 3) Processamento e análise dessa informação analítica.

Porque se tivermos análises em cima da mesa e ninguém souber interpretar é igual a zero. A informação tem que ser estudada, trabalhada de forma sistemática, este ano, para o ano, para o outro, para percebermos como é que o rio evolui.

- 4) Divulgação à população sobre os resultados do conhecimento adquirido e das medidas de mitigação que porventura possam ser implementadas.

Aqui volta um tema que é a transparência da página municipal, o que se passa com o rio Almonda, deveria ter alguma dedicação na página da internet.

Isto é um trabalho que nós entendemos que deveria ser feito nos meses de maior stress hídrico, normalmente, ocorrem principalmente entre os meses de maio até ao final de setembro, pelo menos durante esses meses, sistematicamente, anualmente, esse trabalho deveria ser feito. É essa recomendação que nós levamos à Assembleia Municipal, não procuramos ganhos pessoais, o assunto é sério demais para sectarismos políticos, porque é um tema transversal a toda a comunidade e vamos conviver com ele hoje, amanhã e no futuro.”

Francisco Dinis: “Quanto à recomendação que temos aqui em causa, farei o especial foco na essência dos pontos apresentados como recomendações, afastando-me do texto que lhe dá origem, até porque algumas vezes, algumas partes são um bocadinho descontextualizadas, exageradas. E, portanto, tendo especial foco nestas sugestões, cabe-me dizer não sei se é desconhecimento, ou apenas um reforço e talvez um saudar pelo trabalho vindo a realizar pela Câmara, pois a larga maioria do apresentado já está a ser desenvolvido. Numa aposta sem paralelo, o município tem feito várias ações no âmbito da monitorização, acompanhamento e conservação do nosso rio Almonda. Reconhecendo que possa ser desconhecimento, eu próprio não estava a par da totalidade destas ações, tomei a liberdade de procurar e obter a informação que passo a ler: “Quanto à questão da monitorização, é realizada a amostragem duas vezes por ano, em sete pontos, amostragens à água do rio Almonda. Há duas sondas fixas que medem vários parâmetros, há duas sondas de medição do nível de água junto à ponte do Raro e nas Lapas, está em processo de aquisição uma sonda móvel multiparamétrica que permitirá medir em qualquer ponto do rio. Com a procura de informação, também tomei conhecimento quanto às outras questões, nomeadamente, quanto ao acompanhamento, aumentou-se a fiscalização, monitorização e colaboração com as entidades. O Protocolo com a Associação Viver Almonda, realizando esta entidade o acompanhamento de, aproximadamente, 6 km do rio; criação do projeto municipal de voluntários, designado Guardiões do rio Almonda, tem realizado ações de remoção de resíduos, estabilização das margens, plantações, controle de espécies invasoras. O aumento do número de guarda-rios municipais, que passará nas próximas semanas de um para dois.

Há também identificação de pontos de descargas ilegais e comunicação aos próprios proprietários. E estão também em contacto com a APA e com a Águas do Ribatejo, para a contínua identificação e diminuição dos pontos de descarga. Assim como há, também, um regular contacto com a Águas do Ribatejo sobre o funcionamento dos seus equipamentos.

Quanto aos trabalhos de conservação das margens do rio, estão a promover a requalificação das margens junto ao Açude Real e junto às Piscinas Municipais, e a requalificação do Corredor Ecológico do rio Almonda, estando neste momento a trabalhar no concurso da segunda fase do Corredor. Há também trabalhos de remoção das espécies invasoras e plantações de árvores autóctones.

Esta foi a informação que me fizeram chegar, quando eu fui procurar porque, como admito, também desconhecia a maioria desta informação e quando fiz esta busca deparei-me, lá está, com muitas das semelhanças que são aqui apresentadas como recomendações.

É muito também daquele trabalho que já está a ser desenvolvido e, portanto, entende-se que há neste momento um vazio nesta recomendação quanto à novidade, muito está a ser feito e merece a nossa maior consideração e saudação. Evidentemente, o PS votará favoravelmente a Recomendação, nem podia ser de outra forma dado que consiste no trabalho que o Executivo tem promovido, uma questão de coerência.”

Rui Alves Vieira: “Reconheço que há coisas que estão a ser feitas e a Recomendação não pretendia dizer isso. Isto não era nenhum documento acusatório contra a Câmara, mas agora faço uma acusação, é que não sabemos porque é que o rio Almonda não é digno na página da internet de uma comunicação mais assertiva para aqueles que estão mais distraídos.

Consulto a página da internet, se calhar, deveria ser digna de uma janela só por si, para sabermos o que é que está efetivamente a ser feito no rio.

O Francisco sabe essas coisas todas, tem informação privilegiada, eu vou sabendo, aquilo que eu aqui proponho é um passo em frente, para um estudo sistemático, tabelas, uma avaliação e um grupo que se concentre e que faça um trabalho em 2024, 2025, 2026 e 2027, e que o vá alargando, enfim, mas que seja estruturado e sistemático, e não é exatamente isso que acontece.”

André Valentim: “Obviamente, concordamos com esta Recomendação. Muitas das premissas que foram aqui elencadas, efetivamente, já se fazem e nem todas são de fácil conhecimento, mas elas existem e há muita informação disponível. Acho que reduzir qualquer estudo no âmbito da rede hidrográfica, exclusivamente, ao troço e ao traçado do rio Almonda é insuficiente.

Não podemos tratar só o troço principal do rio Almonda, há efluentes, há outras linhas de água que não confluem com o rio Almonda que também têm que ser tratadas. Portanto, há ali há a acrescentar a esta Recomendação o olhar num todo, para todas as linhas de águas do concelho e não só aquelas que afluem ao rio Almonda e acho que é preciso salientar também essa situação.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a “Recomendação para a realização de análises à água e monitorização do caudal do Rio Almonda”, apresentada pelo Bloco de Esquerda. ----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta os pontos 1. a 15. da ordem de trabalhos. -----

A 1ª Secretária - Presidente da Mesa, em substituição, deu por encerrada a sessão pelas 00:30 horas, da qual se lavrou a presente ata que, após aprovação, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

1ª Secretária - Presidente da Mesa, em substituição, Maria da Luz Marques Lopes

2ª Secretária, Maria do Rosário Marques Luís